



O SEU
BANCO
PRIVADO

RELATÓRIO
ANUAL 2016





BANCA PRIVADA E CORPORATIVA

Edifício Garden Towers - Torre B, Piso 15
Complexo Comandante Gika, Luanda
ANGOLA



01. APRESENTAÇÃO DO BANCO BCS

Pág. 04 - 09

1. Mensagem da Presidente
2. Principais Indicadores
3. Sobre o Banco

02. O BANCO

Pág. 10 - 23

4. Governação Societária
5. Estrutura do Modelo de Governo
6. Composição dos Órgãos Sociais
7. Visão, Missão e Valores
8. Segmentos e Áreas de Negócio
9. Tecnologias de Informação e Comunicação
10. Recursos Humanos

03. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Pág. 24 - 45

11. Economia Internacional
12. Economia Angolana

04. GESTÃO DE RISCO

Pág. 46 - 61

13. Principais Riscos
14. Modelo de Governação de Risco
15. Definição do Perfil de Risco e Grau de Tolerância face ao Risco
16. Risco de Crédito

17. Risco de Liquidez, Mercado e Cambial
18. Risco Operacional
19. Compliance
20. Riscos Reputacionais

05. ANÁLISE FINANCEIRA

Pág. 62 - 71

21. Análise Financeira
22. Proposta de Aplicação de Resultados

06. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Pág. 72 - 79

23. Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2015 e 2016
24. Demonstração de Resultados para os exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2016
25. Demonstração da Mutação nos Fundos Próprios para os exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2016
26. Demonstrac o de Fluxos de Caixa para os exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2016

07. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Pág. 80 - 109

08. ANEXOS

Pág. 110 - 116

- Parecer Fiscal
- Relatório Auditoria

01. APRESENTAÇÃO DO BANCO BCS

- 01. Mensagem da Presidente
- 02. Principais Indicadores
- 03. Sobre o Banco



O SEU
BANCO
PRIVADO



1. MENSAGEM DA PRESIDENTE

“O ano de 2016, ano exigente para a economia nacional, foi também o primeiro exercício económico completo do Banco BCS, que iniciou actividade em Outubro de 2015. A manutenção do preço do petróleo abaixo dos USD 60 por barril, não permitiu o crescimento desejado do PIB, nem as receitas fiscais que o OGE angolano registou nos últimos anos, reflectindo-se nas reservas internacionais.”

Maria do Céu Figueira
Presidente do Conselho de Administração





“Mesmo enfrentando este cenário, o BCS materializou a sua aspiração em se tornar um banco dedicado aos segmentos “Corporate & Private”. Fê-lo através de um conjunto de iniciativas que possibilitaram, em Fevereiro de 2017, o início da expansão da sua rede de atendimento Corporativo e Privado.

O Plano estratégico do BCS para o triénio 2016/2018 mantém-se em plena execução com a adopção plena das IAS/IFRS em Janeiro de 2017, o início da negociação de títulos na BODIVA, aumento dos níveis do Capital, reforço das medidas de Prevenção contra o Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo.

Em 2016, reforçámos o posicionamento estratégico, melhorámos o rácio de capital, concretizámos o aumento de capital, o reforço do quadro de colaboradores, e continuámos a apostar na melhor tecnologia disponível, para cumprir os requisitos de compliance nacional e internacional, um facto incontornável desde o início da nossa actividade.

O resultado líquido em 2016 apresentou uma melhoria de 32% face a 2015, com o 4º trimestre a apresentar um resultado trimestral positivo, sustentado pelo: (i) o aumento da margem financeira, que resulta fundamentalmente dos juros de crédito e, (ii) o aumento dos resultados com operações cambiais e comissões e, no sentido inverso: (i) a constituição de provisões para crédito e, (ii) depreciações e (iii) amortizações e, o custo com o pessoal.

Vários acontecimentos no contexto nacional e internacional, marcaram o ano e as suas consequências determinaram a mudança de paradigma, na Banca Nacional, reforçando a abordagem do negócio numa perspectiva transversal entre a rentabilidade, solidez, eficiência, sempre balizadas na conformidade regulamentar.

A economia nacional cresceu 0,1%, abaixo dos 1,1% estimados. A economia mundial cresceu 3,1% em

2016, menos 0,1% que em 2015. As previsões para o crescimento em 2017 são de 3,4%, tendo como motor de crescimento os países emergentes e em desenvolvimento, de acordo a dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O Banco Nacional de Angola, com novo governo, tem pautado a sua actuação, dentre outras, no cumprimento das regras prudenciais e de compliance, no bom caminho de alcançar a equivalência como Entidade Supervisora nas relações com as principais instituições monetárias internacionais, tais como: a Reserva Federal dos EUA, o Banco Central Europeu (BCE).

Angola recebeu a visita de avaliação do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI) contra o Branqueamento de Fundos e Financiamento ao Terrorismo, que resultou na sua exclusão da lista de monitoramento contra o Branqueamento de Capitais, facto que irá beneficiar a notação de risco de crédito do país e das suas Instituições Financeiras.

Este contexto de negócios e o clima de estabilidade política solidificam a crença do BCS de que as perspectivas futuras são animadoras, na medida em que estão a ser levadas a cabo as acções necessárias para que o ambiente de negócios seja mais favorável ao investimento que irá alavancar o desenvolvimento de Angola.

Os pilares em que assentam o nosso projecto continuam a ser a Confiança e a Vocação de Excelência. Valores partilhados com os nossos accionistas. Ressalvo a dedicação, motivação, empenho, profissionalismo e o valor dos nossos colaboradores, bem como de todos os nossos parceiros, aos quais, em nome da equipa que lidero, continuaremos a dedicar todo o nosso saber e disponibilidade.

A todos, os meus sinceros agradecimentos pela competência e apoio demonstrado.”

2.

PRINCIPAIS INDICADORES

SÍNTESES DE INDICADORES

	2015	2016	MAKZ Δ%
Balço			
Activo Total	3 213 296	11 777 688	267%
Crédito a Clientes (líquido)	0	2 995 332	
Depósitos de Clientes	1 073 625	5 859 878	446%
Capitais Próprios e Equiparados	1 953 481	5 080 800	160%
Resultados			
Produto Bancário	35 292	1 043 613	2857%
Margem Financeira	10 560	508 470	4715%
Margem Complementar	24 733	535 143	2064%
Custos de Estrutura ²	(581 812)	(1 414 382)	143%
Resultado de Exploração	(546 519)	(370 768)	-32%
Resultado Líquido	(546 519)	(372 681)	-32%
Rendibilidade			
Rendibilidade do Activo Total [ROA]	-17%	-3%	-81%
Rendibilidade dos Fundos Próprios [ROE]	-22%	-7%	-69%
Rácio de Eficiência [Cost-to-Income]	1649%	136%	-92%
Activo Total / Colaborador	100 416	273 900	173%
Rácio de Transformação	0%	51%	
Rácio Solvabilidade Regulamentar	12%	101%	713%
Qualidade do Crédito			
Crédito Clientes Vencido / Total Crédito Clientes		1%	
Cobertura do Crédito Vencido por Provisões de Crédito		234%	
Cobertura do Crédito por Provisões de Crédito		2%	
Balcões e Colaboradores			
Número de Balcões	1	1	0%
Número de Colaboradores	26	40	54%



3.

SOBRE O BANCO

Depois de inaugurado em 2015, o Banco BCS buscou em 2016 continuar o processo de sua implementação, baseando-se no Plano Estratégico revisto (2016–2018). As premissas que orientam o documento visam tornar o banco a curto prazo numa referência no sector financeiro angolano.

A atenção exclusiva na actividade comercial Private e Corporate, oferecendo um serviço de excelência, desenvolvida pelas áreas de negócio ao longo do ano, permitiram o crescimento da actividade e do numero de clientes, que beneficiaram de um serviço dedicado, com uma vasta gama de produtos e serviços financeiros adequados aos seus perfis.

A continuidade desta dinâmica será garantida pela política de expansão da rede especializada de centros pelo País, com uma estrutura flexível, simples e eficiente. O Banco cumprirá o seu plano de expansão, concretizando a abertura de 5 balcões em 2017.

A Instituição tem nos seus clientes e parceiros o principal foco da sua actuação. Para atingir a satisfação desta pretensão, tem nos seus colaboradores a sua maior força impulsionadora. Neste sentido, dá particular atenção à formação, à motivação, ao desempenho, gestão de talentos, benefícios, responsabilidade social interna, saúde e segurança no trabalho, no intuito de potenciar ao máximo a gestão das capacidades do seu capital humano.

No intuito de melhorar a acessibilidade aos serviços do Banco por parte dum segmento muito específico de clientes, ou seja o private e o corporate, no âmbito da estratégia de diálogo franco e contínuo o BCS disponibiliza em 2017, o internet banking e o mobile banking, para possibilitar o acesso aos serviços por canais alternativos.



02. O BANCO

- 04. Governança Societária
- 05. Estrutura do Modelo de Governo
- 06. Composição dos Órgãos Sociais
- 07. Visão, Missão e Valores
- 08. Segmentos e Áreas de Negócio
- 09. Tecnologias de Informação e Comunicação
- 10. Recursos Humanos

BCS



O SEU
BANCO
PRIVADO

4.

GOVERNAÇÃO SOCIETÁRIA

O BCS – banco de Crédito do Sul, S.A., tem como princípio de gestão o cumprimento das normas emitidas pelas entidades reguladoras nacionais e o alinhamento com as melhores práticas internacionais. O seu modelo de Governo Corporativo segrega as funções nas áreas de negócio, controle e gestão.

Em 2016 o banco BCS adoptou um conjunto de processos e políticas baseadas em uma cultura empresarial distinta afecta à princípios de transparência, de independência e de prestação de contas, que regem o modo de gestão da instituição, no intuito de alinhar com as normas emanadas pela entidade reguladora em geral, e com particular ênfase nos avisos 1/13 de 19 de Abril que regula as obrigações das instituições financeiras no âmbito da governação corporativa no que se refere à estrutura de capital, estratégia, modelo de organização societária, transparência das estruturas orgânicas e de capital, políticas e processos de gestão de risco, política de remuneração e conflitos de interesses e ainda ao Aviso 2/13 de 19 de Abril que regula a obrigação de estabelecimento de um sistema de controlo interno pelas instituições financeiras supervisionadas pelo BNA.

As principais políticas e normas que nortearam a actuação do Conselho de Administração do BCS relativamente a Governação, Risco, Compliance e Controlo Interno, de forma a garantir transparência e eficácia nos controles instituídos materializaram-se através das seguintes iniciativas já instituídas:

1. Comité de Controlo Interno

2. Código de Governação Corporativa

3. Comité de Auditoria

4. Comité de Compliance
- 4.1 Sub-Comité de AML

5. Comité de Riscos

6. Comité de Crédito

7. Comité de Governação Corporativa

8. Manual de Compliance e controlo Interno

9. Política de Prevenção de Conflito de Interesses

10. Criação da Função autónoma e independente de Gestão de Risco

11. Código de Conduta dos colaboradores

O Conselho de Administração garante a realização de forma periódica dos seguintes comités: Comité de Auditoria, Comité de Governação Corporativa, Comité de Risco, Comité de Crédito, Comité de Compliance, Comité de Controlo Interno e o Comité de Recursos Humanos. Todos os Comités reportam directamente ao Conselho de Administração.



5. ESTRUTURA DO MODELO DE GOVERNO

A estrutura do modelo de governo do banco BCS é composta pelos seus Órgãos Sociais, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, a Comissão Executiva do Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e ainda a Mesa da Assembleia Geral e o Auditor Externo.

CONSELHO FISCAL

ASSEMBLEIA GERAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

6. COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A estrutura do modelo de governo do banco BCS é composta pelos seus Órgãos Sociais, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, a Comissão Executiva do Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e ainda a Mesa da Assembleia Geral e o Auditor Externo.

ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE

Francisca da Conceição Kâmia Kapose

SECRETÁRIO

Jeremias Mateus Miguel

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Maria do Céu Da Silva Rebelo Martins Figueira

ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

Divaldo da Silva Pereira dos Santos

Katila Perera Santos Rigal

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

Ngola Mbandi Varela Fragoso

VOGAIS

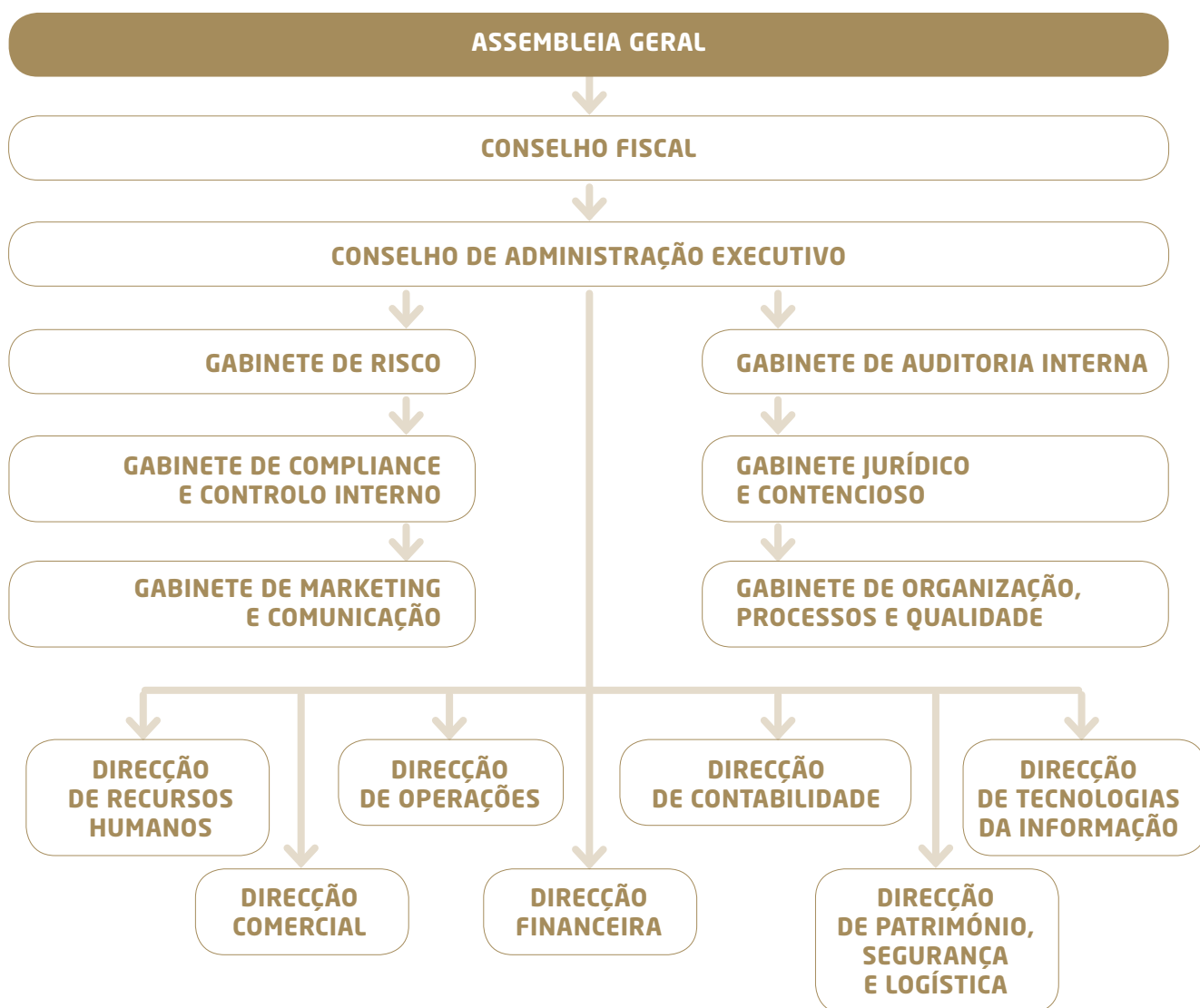
Lúcio Alberto Pires da Costa

Miguel Cristovão

AUDITOR EXTERNO

Deloitte & Touche

6.1. ORGANIGRAMA





6.2. ASSEMBLEIA GERAL

Anualmente reúne-se a Assembleia Geral em sessão ordinária, até 31 de Março de cada ano. As convocatórias para reuniões extraordinárias pode ser feita por deliberação do Conselho de Administração ou Conselho Fiscal, ou por escrito, por um ou mais accionistas possuidores das acções correspondente ao mínimo exigido legalmente.

As competências da Assembleia Geral são as seguintes:

1. Eleger e destituir os membros dos Órgãos Sociais;
2. Deliberar sobre aumentos de capital;
3. Aprovar o relatório de gestão e contas de cada exercício;
4. Aprovar o parecer do Conselho Fiscal,
5. Deliberar sobre a aplicação de resultados.

As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta dos votos presentes, salvo quando as deliberações exijam maioria qualificada dos votos, todos os accionistas têm direito de voto, pois o banco tem apenas acções ordinárias.

6.3. CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal de acordo ao disposto nos Estatutos é composta por um Presidente e dois vogais efectivos. O Conselho Fiscal reúne trimestralmente e sempre que for requerido pelo seu Presidente para fiscalizar a Administração do banco, verificar a exactidão das Demonstrações Financeiras, verificar a regularidade dos livros e dos registos contabilísticos.



6.4. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

O Conselho de Administração Executivo é composto por três membros, sendo a gestão do banco assegurada por estes administradores.

As reuniões do Conselho de Administração são realizadas trimestralmente, e ou sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração.

O exercício da actividade de gestão é acompanhada pelo Conselho Fiscal e pelo Auditor Externo, através dos controles periódicos instituídos.

6.5. AUDITOR EXTERNO

A Deloitte & Touche Auditores, Limitada é a empresa encarregue da auditoria externa, serviço prestado com base no Aviso nº 04/2013 de 22 de Abril do BNA.

Tendo em conta a experiência, capacidade técnica, idoneidade e reputação, o BCS considera que os seus Auditores Externos possuem os requisitos necessários para o desempenho das suas funções.



7.

VISÃO, MISSÃO E VALORES

7.1. VISÃO

O BCS pretende ser um banco de referência entre as instituições do sistema financeiro angolano, e a posterior em África. Para o efeito, como elemento diferenciador do posicionamento da marca, o banco presta serviços bancários e financeiros com elevado nível de rigor e profissionalismo, através de plataformas modernas, apresentando soluções inovadoras sempre alinhadas com o cumprimento das melhores práticas nacionais e internacionais.

7.2. MISSÃO

A missão do BCS consiste em oferecer produtos e serviços bancários de elevada qualidade, que aumentem as opções disponíveis para os nossos clientes, com base em rigorosos padrões de conduta, sigilo, ética profissional e responsabilidade corporativa, de forma a criar valor para os accionistas, colaboradores e ao sistema financeiro.

7.3. VALORES

Os valores que guiam o exercício da actividade que desenvolvemos são, o respeito pelas pessoas, a ética, transparência e responsabilidade profissional, o foco no cliente, vocação e dedicação a excelência e o profissionalismo e valia dos nossos colaboradores.

8. SEGMENTOS E ÁREAS DE NEGÓCIO

O BCS aposta no fomento da confiança dos seus clientes e demais parceiros. Assumimos como principal diferencial estratégico a prestação de serviços caracterizados pela excelência e permanente orientação para as necessidades de clientes dos segmentos Private e Corporate.

SEGMENTO PRIVATE

Dentre as principais tarefas atribuídas a este segmento de negócio, constam a colaboração com a Administração e demais unidades de negócio na definição da estratégia comercial global, pautando sempre na sua actuação pela identificação, captação e manutenção de uma relação dedicada a clientes que se enquadrem no segmento e ainda os de elevado potencial.

O conhecimento de todos os shareholders, e do contexto em que actuamos permitem manter a proximidade ao cliente, satisfazer as suas necessidades específicas, providenciar o melhor aconselhamento à gestão do seu património, através da criação de produtos de poupança e investimento que preservem e criem valor.

O alargamento em curso da rede, foi projectado para que, neste segmento, o serviço seja prestado através de (unidades de negócio) centros e canais complementares (internet banking e mobile banking) com oferta de soluções de investimento que atendam a especificidades dos seus clientes, segurança e sigilo operacional bem como colaboradores com perfil adequado, dedicados, e dotados de conhecimento para o acompanhamento e satisfação de todas as necessidades dos clientes enquadrados no segmento.



SEGMENTO CORPORATE

O segmento Corporate do negócio garante o acompanhamento personalizado e dedicado as empresas, institucionais e potenciais clientes com perfil corporativo, cujo volume de negócios se enquadre na tipologia de clientes do segmento definidos em preçário. Colabora com a Administração e demais unidades de negócio na definição da estratégia comercial global.

O BCS no segmento corporate dedica-se com especial atenção ao aconselhamento financeiro, realizando reuniões privadas com as empresas, prestando-lhes através de equipas de especialista em Trade Finance, Corporate Finance e Project Finance, e dos respectivos gestores, soluções adequadas às suas necessidades concretas.

O banco desenvolve as melhores práticas de monitorização e prospeção, para materializar o compromisso com quem investe, com o objectivo de atingir a realização com sucesso de cada projecto, construindo parcerias estratégicas e sinergias de valor.

Em 2016 a atividade comercial esteve centrada na captação de clientes, sempre no intuito da satisfação das suas necessidades, privilegiando um atendimento baseado na Excelência; Confidencialidade, Exclusividade; Confiança e Responsabilidade que são o garante da qualidade do serviço da nossa instituição.

8.1. PRINCIPAIS FOCOS PARA 2017:

EXPANSÃO E DESAFIOS COMERCIAIS

Foram criadas as condições em 2016 para a materialização da expansão programada da rede em 2017, onde se pretende terminar o período com 5 centros de atendimento Private e Corporate;

Fruto da parceria com a Mastercard, programamos iniciar a emissão de cartões de pagamento internacional aos nossos clientes, diversificando a nossa oferta de produtos no segundo semestre de 2017.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Disponibilizar as diversas funcionalidades do website com inovação, em qualquer plataforma (PC, Tablet e SmartPhone).

BCS NET Empresas vai permitir uploads de ficheiros PS2/PSX.

ACESSIBILIDADE / FLEXIBILIDADE

Serviços e produtos adaptados às necessidades de cada cliente Private e Corporate.

Atendimento personalizado por um leque de especialistas com vasta experiência nacional e internacional.

9.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

SEGURANÇA

Solidez Financeira, Inovação, Prudência e Rigor.

Plataformas de processamento.

Solução de Business Continuity e Disaster Recovery.

Reserva & Sigilo. Os nossos colaboradores só tem acesso à informação que necessitam estritamente para o desempenho das suas funções.

COMPLIANCE

Ferramentas contra branqueamento de capitais e Financiamento do terrorismo no rigoroso cumprimento dos normativos nacionais e internacionais.

Serviço de aconselhamento sobre os requisitos associados a Lei Cambial.

Procedimento rigorosos de KYC (Know Your Customer), CDD (Customer Due Deligence) e KYB (Know Your Business).

A Direcção de Sistemas de Informação (DSI), tem a missão de em conjunto com a Administração identificar e definir as linhas estratégicas a adoptar nos Sistemas de Informação e respectivos subsistemas de suporte tecnológico, gerir os sistemas de informação e de infra-estruturas tecnológicas de forma a garantir o alinhamento com as necessidades actuais e identificar o impacto das solicitações das unidades de negócio, planear e desenvolver estratégias de forma a garantir o suporte ao negócio, para uma maior produtividade eficiência, controlo, segurança, níveis de serviço e controle de custos.

O investimento nos Sistemas de Informação, materializados nos vários projectos tecnológicos em curso, irão permitir ao banco em 2016, estar alinhado do ponto de vista tecnológico a sua aspiração de posicionamento estratégico.

No intuito de mitigar o Risco Operacional, o banco BCS esta a prever em 2017, a contratação e aquisição de equipamento de suporte para o novo Centro de Processamento de Dados (CPD), adequado ao cenário de Disaster Recovery previsto no Plano de Continuidade de Negócios.

Através do controlo de acessos e encriptação da informação, o banco garante a segurança e privacidade da informação contida nas suas bases de dados, facto reforçado pelas políticas de segurança e mitigação de risco em vigor deste a abertura do banco.



10.

RECURSOS HUMANOS

A Direcção de Tecnologias de Informação, em coordenação com a Direcção de Recursos Humanos e de Auditoria Interna, tem verificado periodicamente dos acessos aos sistemas de informação do banco, no intuito de manter alinhamento com a nossa política de controle e restrição de acesso à informação por parte dos colaboradores.

Dentre outras actividades desenvolvidas durante 2016, destacamos as seguintes:

Implementação de melhorias para adequar a infraestrutura de redes, comunicações e sistemas do banco;

Swift/Trustlink melhoria do ambiente, criação de um ambiente mais robusto em conjunto com a Trustlink;

Implementação de vários sistemas e ferramentas de suporte solicitados pelas diferentes unidades de negocio;

Adesão ao sistema de pagamentos regional da SADC (SIRESS);

Bloomberg, implementação e integração de plataformas para execução de operações financeiras do banco;

Nagios, software de monitorização de comunicações internas e externas do banco;

Helpdesk, implementação da plataforma de suporte aos pedidos internos dos colaboradores do banco BCS.

A política de gestão dos Recursos Humanos implementada no banco BCS é um dos principais pilares em que assenta o negócio, os nossos colaboradores são a fonte do nosso talento e característica diferenciadora relativamente a nossa abordagem ao negocio, são o nosso fator primário de sucesso.

No BCS um dos objectivos estratégicos é atrair os melhores colaboradores, gerir o talento, orientar para a excelência e reter os quadros que demonstrem possuir as aptidões necessárias para manter a qualidade da prestação de serviço, aspecto fundamental no segmento em que operamos.

Em 2016 as dentre as principais actividades desenvolvidas, destacamos as seguintes;

Contratação de colaboradores para as diversas unidades de estrutura orgânica do banco;

Implementação da Política de Remuneração;

Implementação do Qualificador Ocupacional;

Implementação do regulamento interno.

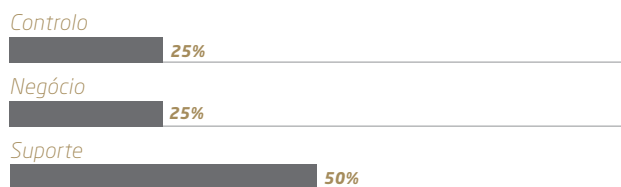
Comparativamente ao ano anterior o numero de colaboradores efectivos aumentou na ordem dos 54% para 2016, tendo sido desta forma possível dar resposta ao crescimento do negócio.

CRESCIMENTO NÚMERO DE COLABORADORES



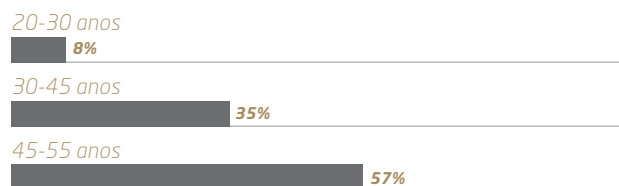
A nível da distribuição dos colaboradores pelas funções de negócio, controlo e suporte, no período em análise há uma maior predominância na área de suporte com 50%, seguida pelas áreas de negócio e de controlo, ambas com 25% do total de colaboradores do banco, o que reflete a estratégia delineada pelo Banco, com uma aposta clara desde a sua fundação, na disponibilização de meios humanos e materiais que possibilitem a expansão da área comercial, sem afectar os elevados padrões de qualidade exigidos, na prestação de serviços aos clientes.

DISTRIBUIÇÃO COLABORADORES POR FUNÇÕES



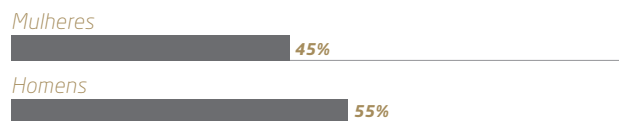
A estrutura etária do BCS era constituída maioritariamente por colaboradores entre os 30 e os 45 anos de idade, que representavam 57% do total, correspondente a uma média de idade de 33,8 anos.

ESTRUTURA ETÁRIA COLABORADORES



Em termos de género, a distribuição era quase equitativa, cabendo ao sexo feminino 45%, com um ligeiro ascendente para os colaboradores do sexo masculino com 55% do total.

DISTRIBUIÇÃO COLABORADORES POR GÉNERO





O BCS tem como filosofia a formação On-job baseada na senioridade do seu quadro directivo com experiência no sector bancário superior a 10 anos (20% do total de colaboradores), propiciando assim aos colaboradores mais juniores a oportunidade de absorção de conhecimento.

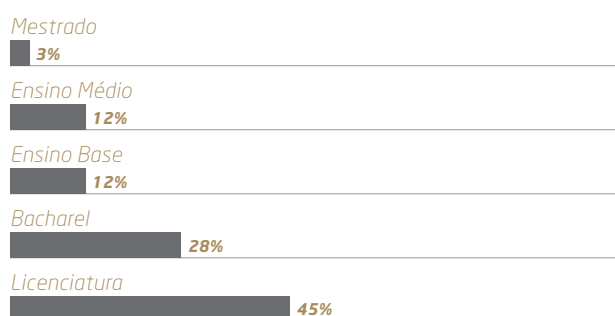
DISTRIBUIÇÃO POR EXPERIÊNCIA SECTOR



A gestão de carreiras no banco BCS privilegia o recrutamento interno como forma de promover a progressão vertical, horizontal e diagonal, assumida como eixo estratégico e determinante na motivação e retenção dos recursos humanos.

Relativamente ao grau de escolaridade, no período em análise, 45% dos colaboradores eram licenciados, enquanto que 28 % com bacharelato ou frequência universitária e apenas 12% com até ao ensino médio concluído.

ESTRUTURA POR GRAU ACADÉMICO



O banco investe no desenvolvimento de todos os seus colaboradores, para o efeito apostou em acções de formação (interna e externa), subjacentes a valorização do potencial técnico e comportamental, tendo sido possível atingir o alinhamento das políticas de Recursos Humanos com as expectativas dos colaboradores e consequentemente alcançar os objectivos estratégicos da Instituição.

Para o ano de 2017 perspectiva-se o alargamento da rede e do negócio e naturalmente o crescimento das equipas para dar resposta ao previsto no Plano estratégico 2016-2018, bem como o desenvolvimento dos quadros, com vista a melhor capacitação dos Recursos Humanos visando manter um nível de serviços diferenciador e de excelência.



03. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

- 11. Economia Internacional
- 12. Economia Angolana

BCS



O SEU
BANCO
PRIVADO

11.

ECONOMIA INTERNACIONAL

A atividade económica, durante o primeiro semestre de 2016, caracterizou-se por um ritmo de crescimento moderado e em desaceleração, também afetado por um conjunto de choques que aumentaram a incerteza.

O primeiro fator a considerar, nos primeiros meses do ano, foi a indefinição relativamente à dinâmica de crescimento na China, que gerou adicionalmente uma maior turbulência nos mercados financeiros. Os dados económicos entretanto divulgados revelaram um ritmo de crescimento ligeiramente mais forte do que o esperado, fruto também das medidas de estímulo que as autoridades adotaram nos últimos trimestres, e que levaram o FMI a prever uma convergência gradual do crescimento para cerca de 6% nos próximos anos, face aos 6,9% registados em 2015.

O segundo fator foi o referendo britânico relativo à permanência do Reino Unido na União Europeia. A votação favorável à saída (materializando o cenário de "Brexit") surpreendeu a generalidade dos investidores, gerando um momento de volatilidade nos mercados financeiros.

A zona euro, durante o primeiro semestre do ano, manteve um ritmo de crescimento sustentado, embora diferenciado entre países, beneficiando da melhoria da procura interna, incluindo a despesa de capital. Em resultado, as taxas de juro, de curto e de longo prazo, registaram uma nova descida, para mínimos históricos absolutos, fruto das declarações do Presidente do BCE de que as operações se manterão enquanto necessário. No caso das taxas

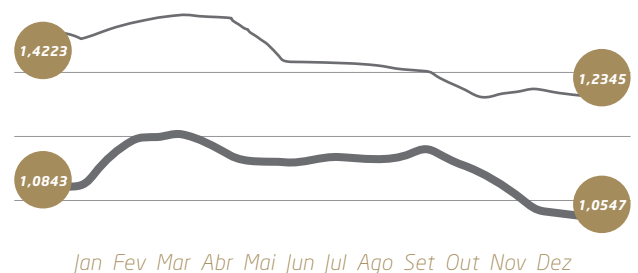
de juro de longo prazo, em alguns países europeus, como a Alemanha, a curva de rendimentos convergiu para níveis negativos, incluindo a maturidade dos 10 anos.

Os Estados Unidos têm a maior economia do mundo, à frente da China, e acabam de sair de sua pior recessão desde 1930. Graças a um conjunto de estímulos fiscais e monetários em grande escala, a economia tem vindo a recuperar. As taxas de juros baixas, o aumento do consumo das famílias e a vigorosa criação de empregos permitiram que a taxa de crescimento do PIB em 2015 atingisse 2,6%. A atividade abrandou em 2016 (1,6%) como resultado de menores investimento e consumo. O FMI projeta uma recuperação em 2017 (2,2%), mas o grau de aceleração dependerá da credibilidade do programa económico do novo presidente do país, Donald Trump, que se baseia num maior protecionismo – America First!

EVOLUÇÃO DE COTAÇÕES DE PRINCIPAIS MOEDAS

(fonte Bloomberg)

■ EURUSD — GBPUSD





11.1. MERCADO PETROLÍFERO

O Ano de 2016 começou com uma queda drástica nas Commodities, com especial ênfase nos preços do petróleo que em Janeiro caíram 18,2% face a Dezembro de 2015, fixando-se num preço médio de US \$29,9/barril. Quando comparados com o período homólogo de 2015 a desvalorização atingia cerca de 40%.

Como fatores responsáveis apontou-se uma forte oferta dos membros da OPEP e um comportamento de risco nos mercados financeiros, com a especulação a atingir níveis elevados.

Ao longo do ano assistiu-se a uma recuperação do preço devido a medidas tomadas por parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e restantes Países produtores.

Mais recentemente em 30 de Novembro 2016, a OPEP concordou em reduzir a produção de petróleo bruto para 32,5 milhões de barris por dia (mbd), com vigência em Janeiro de 2017 por seis meses (prorrogável por períodos de seis meses).

Na reunião da OPEP e não-OPEP celebrada em Viena a 10 de dezembro, foram acordados cortes adicionais de cerca de 0,60 mbd. A Rússia, que não é membro da OPEP, comprometeu-se a reduzir a produção em 0,3 milhões de barris e dez outros países também alinharam no discurso.

O impacto real do acordo dependerá do grau de cumprimento por parte dos países da OPEP, da cooperação dos produtores de petróleo não-OPEP e das respostas dos Países produtores do petróleo de xisto, face ao aumento dos preços.

O ano de 2016 terminou com o Brent acima dos 55 USD/barril.

11.2. MERCADO CAMBIAL E FINANCEIRO

O dólar dos EUA valorizou em termos efetivos reais mais de 6% desde Agosto. As moedas dos grandes Países exportadores de mercadorias também se fortaleceram, refletindo o endurecimento dos preços das commodities, enquanto o euro e especialmente o iene japonês se enfraqueceram. Diversas moedas de mercados emergentes depreciaram substancialmente nos últimos meses, principalmente a lira turca e o peso mexicano, enquanto as moedas de vários exportadores de commodities, principalmente a Rússia, se valorizaram.

As taxas de juros nominais e reais de longo prazo aumentaram substancialmente desde agosto, particularmente no Reino Unido e nos Estados Unidos desde a eleição de novembro. Os rendimentos nominais dos títulos do Tesouro norte-americano a 10 anos aumentaram cerca de um ponto percentual desde agosto, e 60 pontos base desde as eleições americanas.

A Reserva Federal Americana aumentou as taxas de juros de curto prazo em dezembro, como esperado, mas na maioria das outras economias avançadas a orientação da política monetária permaneceu praticamente inalterada.

No dia 23 de Junho, 51,9% dos eleitores Britânicos que foram as urnas votaram na saída da União Europeia, no processo apelidado de Brexit. O resultado da votação provocou a demissão do Primeiro-ministro Britânico David Cameron, gerou um sentimento de incredulidade e abalou o mercado, tendo resultado numa desvalorização da GBP em relação às principais moedas.



11.3. PANORAMA ECONÓMICO

Após um primeiro semestre fraco de 2016, verificou-se uma recuperação assinalável nas economias avançadas pois a atividade recuperou fortemente nos Estados Unidos, e a economia está a aproximar-se do pleno emprego. A produção permanece abaixo do potencial em várias outras economias avançadas, nomeadamente na área do Euro. Os números preliminares do crescimento do terceiro trimestre foram um pouco mais fortes do que previamente previsto em algumas economias, como Espanha e Reino Unido, onde a procura interna aumentou acima do esperado após o voto de Brexit. As revisões históricas do crescimento indicam que a taxa de crescimento do Japão em 2016 e nos anos anteriores foi mais forte do que a estimada.

O crescimento global para 2016 é agora estimado em 3,1 por cento, em linha com a previsão do FMI de Outubro de 2016.

A atividade económica nos Países desenvolvidos e nas economias emergentes e em desenvolvimento (EMDEs) deverá acelerar em 2017-18, com o crescimento global projetado de 3,4% e 3,6%, respetivamente.

Prevê-se que as economias dos Países desenvolvidos cresçam 1,9% em 2017 e 2,0% em 2018, 0,1 e 0,2 pontos percentuais a mais do que nas previsões do FMI avançadas no relatório WEO – World Economic Outlook de Outubro 2016.

O principal fator subjacente ao fortalecimento da perspetiva global para 2017-18 é, no entanto, a recuperação projetada no crescimento das economias emergentes e em desenvolvimento (EMDEs). O FMI refere que o crescimento das EMDE é estimado atualmente em 4,1% em 2016, e é projetado para alcançar 4,5% em 2017. Uma nova aceleração do crescimento para 4,8% é projetada para 2018.

11.4. CHINA

Notavelmente o desempenho da economia chinesa no segundo semestre de 2016 foi superior ao previsto o que levou a que a previsão de crescimento para 2017 fosse revista em alta (para 6,5%, 0,3% ponto percentual acima da previsão de outubro 2016).

Durante o mês de Novembro, os preços do minério de ferro e do cobre aumentaram acentuadamente. De fato, grande parte do aumento de preço do minério de ferro é explicado pela procura chinesa de aço para a indústria de construção. O mesmo é verdadeiro para o zinco (usado para produzir o aço galvanizado), o níquel (usado para produzir o aço inoxidável), e o cobre (usado na fiação elétrica). A China continuou a aumentar a sua presença em países em desenvolvimento fruto da sua capacidade económica e financeira, conjugada com elevado dinamismo comercial.

O valor da sua moeda face ao USD caiu no segundo semestre de 2016 acompanhando a tendência geral de valorização do USD.

Registe-se o facto de Angola ser o terceiro principal fornecedor de petróleo à China, com as exportações a subirem 13% em 2016, face a 2015.

Registe-se o facto de Angola ser o terceiro principal fornecedor de petróleo à China, com as exportações a subirem em volume 13% em 2016, mas com as receitas (cerca de 13 mil milhões USD) a reduzirem cerca de 14% face ao período homólogo (cerca de 15 mil milhões em 2015), fruto da quebra da cotação do petróleo.



12.

ECONOMIA ANGOLANA

12.1. AS PERSPETIVAS ECONÓMICAS

As perspetivas económicas para Angola em 2016, apontadas quer pelo Banco Mundial, quer pelo FMI, eram de abrandamento, em resultado da evolução negativa da cotação do petróleo.

Tendo em conta a dependência do país em relação ao petróleo, o desempenho económico é intrinsecamente determinado pela evolução do seu preço no mercado internacional.

A atividade económica estagnou em 2016, depois de crescer 3,0% em 2015, principalmente devido ao abrandamento do setor petrolífero para 0,8% em 2016, face a 6,4% em 2015. Além disso, a escassez de moeda estrangeira para financiar as importações de bens intermédios e bens de capital necessárias à produção de bens não transacionáveis, um enfraquecimento na atividade do setor privado e a redução do investimento em infraestruturas públicas afetaram negativamente o crescimento.

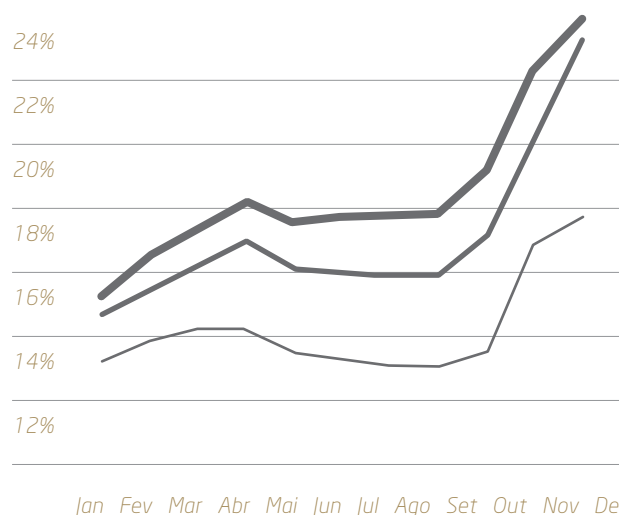
A inflação atingiu 41,2% em dezembro de 2016, em termos homólogos, impulsionada em grande medida pelo efeito de transmissão da depreciação da moeda nacional durante o período de reequilíbrio do mercado cambial. As maiores pressões inflacionárias em 2016 foram também induzidas pelos efeitos desfasados da eliminação gradual dos subsídios ao combustível em 2015 e 2016. O kwanza depreciou aproximadamente 60% face ao USD durante o período de 2015 - 2016.

Para conter as pressões inflacionárias e abordar gradualmente os desequilíbrios no mercado cambial, o Banco Nacional de Angola (BNA) aumentou a sua taxa de juro diretora em 200 pontos base para 16% em junho de 2016, em comparação com janeiro de 2016. Da mesma forma, a taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez foi aumentada de 16% para 20%, e a da facilidade permanente de depósito foi aumentada de 2,25% para 7,25%, ao longo do mesmo período. Estas medidas contribuíram para reduzir o excesso de liquidez e preservar as margens de acumulação de reservas.

EVOLUÇÃO TAXAS DOS BILHETES DO TESOURO

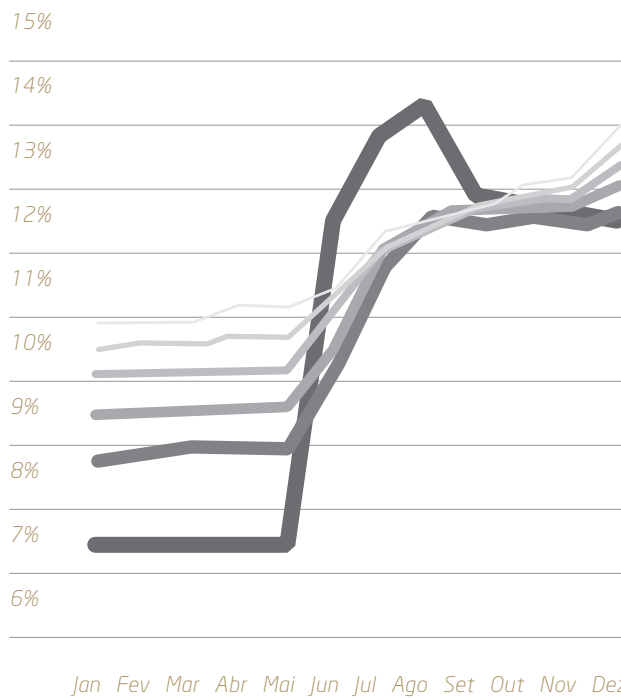
(DADOS BNA)

■ 364 dias ■ 182 dias — 91 dias



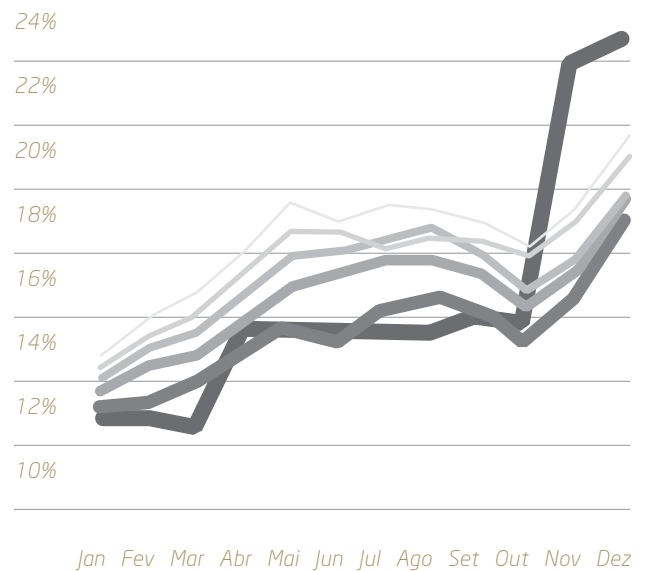
LUIBOR 2015

■ Overnight ■ 1M ■ 3M ■ 6M ■ 9M ■ 12M



LUIBOR 2016

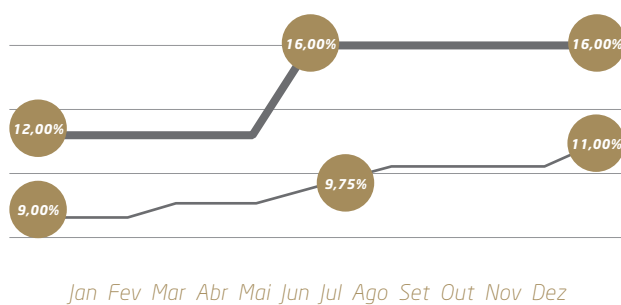
■ Overnight ■ 1M ■ 3M ■ 6M ■ 9M ■ 12M



EVOLUÇÃO TAXAS DE REFERÊNCIA

(dados BNA)

■ 2106 — 2015





12.2. SECTOR PETROLÍFERO

De acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE), Angola atingiu no último mês de 2016 uma produção diária 1,724 milhões de barris de crude, destronando no mês de Dezembro a Nigéria como o principal produtor de Crude em África. Entretanto, o acordo alcançado em Viena, entre os países produtores de petróleo, para reduzir a produção e fazer aumentar os preços, vai obrigar Angola a cortar 78 mil barris de crude por dia com efeitos desde 01 de janeiro, para um limite de 1,673 milhões de barris diários.

O preço do petróleo atingiu no início de 2016 o valor mais baixo dos últimos 12 anos, mas desde aí encetou uma recuperação notável para encerrar o ano próximo dos 55 USD/barril.

Embora não possamos saber quanto tempo vai durar o acordo da OPEP, ele fornece tendências claras para, segundo a Agência Internacional de Energia (IEA) orientar a visão dos próximos cinco anos.

Espera-se que a procura de petróleo cresça fortemente pelo menos até 2022 liderado pela procura por parte das principais economias em desenvolvimento.

A necessidade de mais capacidade de produção torna-se visível no final da década, mesmo se hoje, a oferta parecer abundante.

Não está claro se os projetos a montante serão concluídos atempadamente, dada a queda sem precedentes do investimento nos anos de 2015 e 2016 (os investimentos caíram para o valor mais baixo desde a década de 1950).

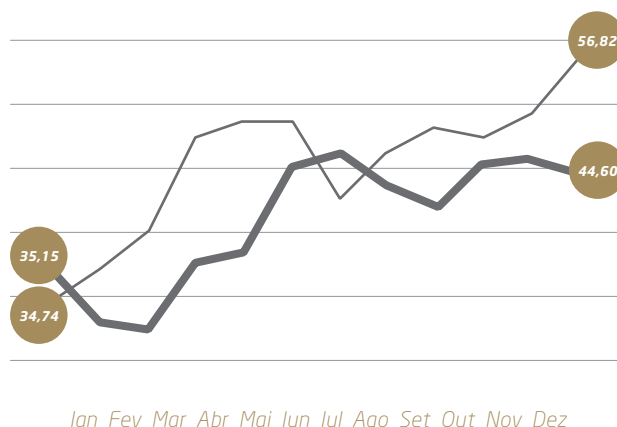
Assim as perspetivas económicas a médio prazo para Angola continuam potencialmente favoráveis.

Projeta-se que o crescimento económico retome para 2,1% em 2017, impulsionado pela recuperação do setor petrolífero.

EVOLUÇÃO DO PREÇO DO PETRÓLEO

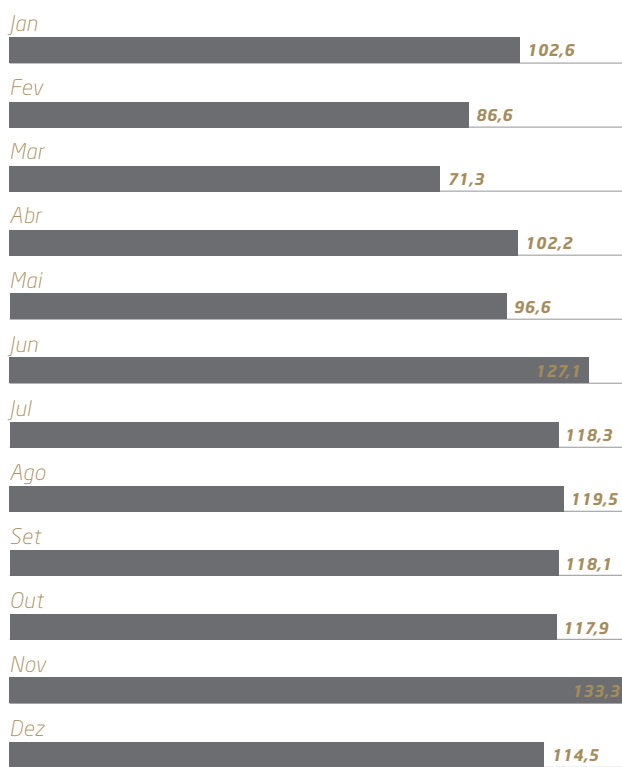
(dados MinFin e Bloomberg)

■ PMV Angola (USD/BBL) — PU Bloomberg (USD/BBL)



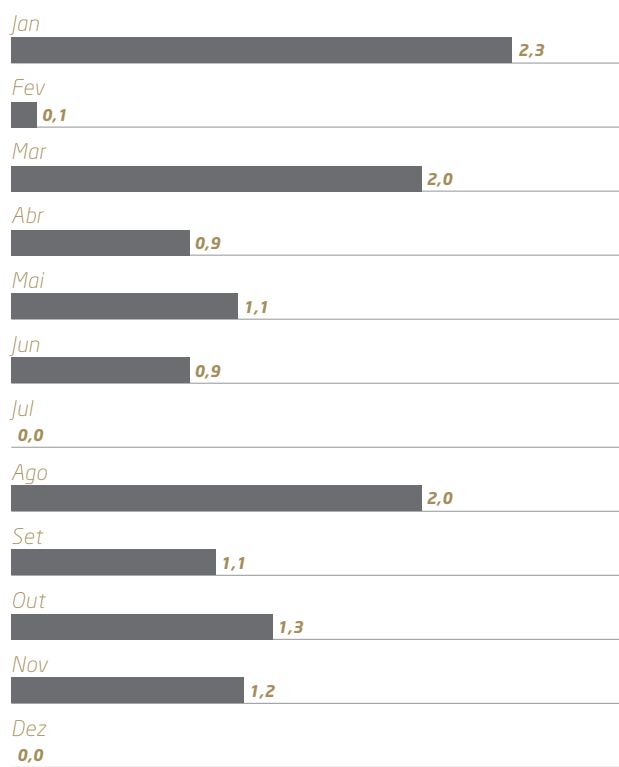
RECEITAS FISCAIS PETRÓLEO (MIL MILHÕES AOA)

(Fonte MinFin)



RECEITAS FISCAIS DIAMANTES (MIL MILHÕES AOA)

(Fonte MinFin)





12.3. MERCADO CAMBIAL

O mercado cambial de Angola é um mercado unilateral no qual o BNA é o único fornecedor.

Em 2016 assistiu-se à limitação na venda de USD até a sua completa substituição por Euros.

Não obstante os recentes aumentos, o fornecimento do BNA diminuiu consideravelmente de cerca de USD 1,8 mil milhões por mês, em média, de janeiro a novembro de 2015, para cerca de USD 0,9 mil milhões por mês durante o mesmo período em 2016, o que reflete a redução das receitas das exportações de petróleo e a decisão do BNA de proteger, em certa medida, as suas reservas internacionais. Por conseguinte, as perdas nas reservas internacionais líquidas (RIL) foram moderadas, ao passo que os desequilíbrios no mercado cambial aumentaram substancialmente.

A balança comercial melhorou nos dez primeiros meses de 2016, uma vez que as menores exportações foram compensadas por uma contração mais acentuada das importações. As RIL diminuíram para USD 21 mil milhões em dezembro de 2016, dado que o BNA aumentou as suas vendas de divisas num contexto de escassez no mercado, financiadas, em parte, por USD 2 mil milhões em operações de recompra com um prazo de 2-5 anos, usando como garantia alguns dos seus ativos de reserva (Obrigações do Tesouro dos EUA).

No contexto da escassez de moeda estrangeira, o BNA introduziu uma série de medidas desde 2015, incluindo uma lista prioritária para o acesso a moeda estrangeira à taxa oficial, um imposto especial sobre pagamentos a não residentes de serviços de assistência técnica e de gestão, e limites mais rigorosos relativos ao montante de moeda estrangeira que os viajantes podem levar para o estrangeiro.

A cotação USD/AOA desvalorizou 6,6% no início de 2016 e depois estabilizou nos 165,9.

12.4. SECTOR NÃO PETROLÍFERO

As autoridades angolanas realizaram esforços notáveis para avançar com a sua agenda de reformas que visa enfrentar as vulnerabilidades de curto prazo decorrentes do choque dos preços do petróleo e para melhorar a resistência e a competitividade económicas. Os esforços de ajustamento de política para preservar a estabilidade macroeconómica e promover o crescimento económico prosseguirão, em particular, através de um maior espaço orçamental para investimentos públicos favoráveis ao crescimento, necessários para reduzir a dependência do país do setor do petróleo.

Em Janeiro de 2016, foi aprovado um Programa de Ação para a Diversificação Económica para enfrentar o choque do preço do petróleo e estimular a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento (2013-2017).

Ao longo do ano de 2016, foram frequentes as intervenções do Banco Nacional de Angola ao nível do sistema interbancário, quer através de legislação, quer através de intervenções monetárias com a colocação de Títulos Públicos.

A taxa de inflação em 2016 ascendeu a cerca de 41,95%, o que compara com 14,3% em 2015, o que representa a mais elevada taxa de inflação da última década.

O principal desafio económico para Angola continua a ser a necessidade de diversificar a sua economia

e base de exportação. A realização deste objetivo exige uma redução de custos no setor não petrolífero e a resolução dos constrangimentos em termos de capital físico e humano.

O desenvolvimento do sector agrícola, num País onde cerca de 55% da população se dedica a este sector, tem sido uma das prioridades do Governo.

Existe o entendimento de que esta será a via mais rápida para dar resposta às necessidades alimentares da população, à diminuição da taxa de desemprego e à redução do deficit da balança comercial alimentar.

O rácio dívida pública/PIB aumentou 24¾ pontos percentuais (p.p.) no decorrer de 2015, para 65½% ao final do ano, em razão do défice orçamental e do efeito da depreciação cambial sobre a dívida expressa em moeda estrangeira ou indexada. A expectativa é que este rácio aumente para 71½% até ao final de 2016, dadas as previsões de défice orçamental da ordem de 4% do PIB para o ano e de uma taxa de câmbio mais depreciada. Não obstante as projeções de crescimento moderado do PIB real, espera-se que o rácio dívida pública bruta/PIB diminua em 2017, sobretudo devido à apreciação projetada da taxa de câmbio real, e em seguida estabilize em torno dos 64%, em grande medida devido às melhorias esperadas nos saldos orçamentais.

Em termos de parceiros comerciais, de acordo com as estatísticas de comércio externo (INE), a China continua a ser o principal destino das exportações (51%), seguido pelos EUA (9%) e Índia (9%), sendo



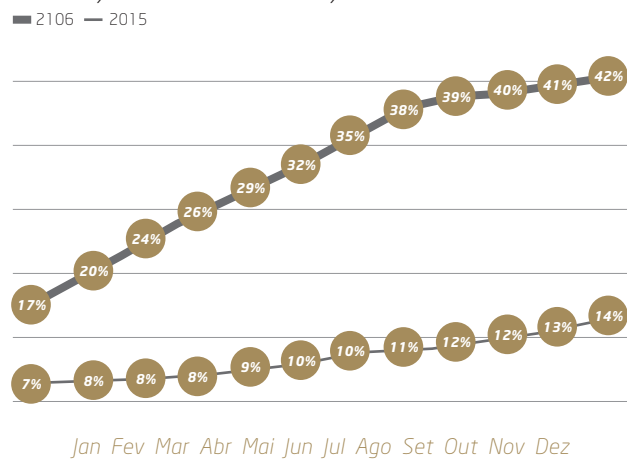
que o sector petrolífero representa 96% das exportações. Com respeito às importações mantêm-se como principais parceiros comerciais a China (23%) e Portugal (16%).

A recuperação da cotação do petróleo ao longo de 2016 permitiu aliviar as contas no final do ano, uma vez que as receitas fiscais atingidas no último trimestre (2.205) foram superiores em 82% às registadas no primeiro trimestre (1.205).

Estão em curso alguns investimentos em infraestruturas que pela sua dimensão e posicionamento estratégico irão ter impactos significativos na economia Angolana.

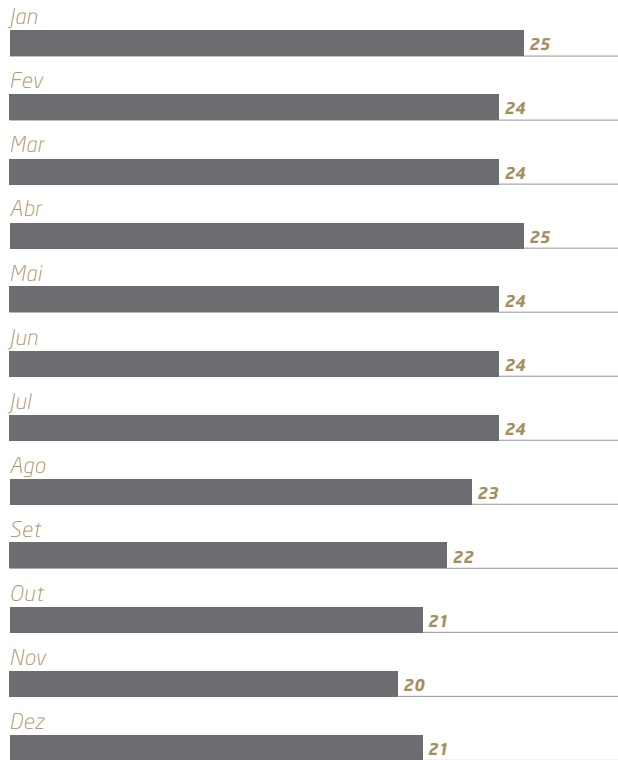
Salientam-se entre outros os investimentos para aumentar a capacidade de geração de eletricidade (Cambambe e Lauca), compra de aeronaves, futuro aeroporto de Luanda que conjugado com a parceria estratégica entre a TAAG e a Fly Emirates, irá potenciar Luanda como plataforma giratória para voos internacionais, estradas projetadas, portos de mar, expansão de minas, investimentos no sector agrícola, que por certo potenciarão o desenvolvimento e consolidação futura do nosso País.

EVOLUÇÃO TAXA DE INFLAÇÃO 2015-2016



EVOLUÇÃO RESERVAS INTERNACIONAIS LÍQUIDAS 2016

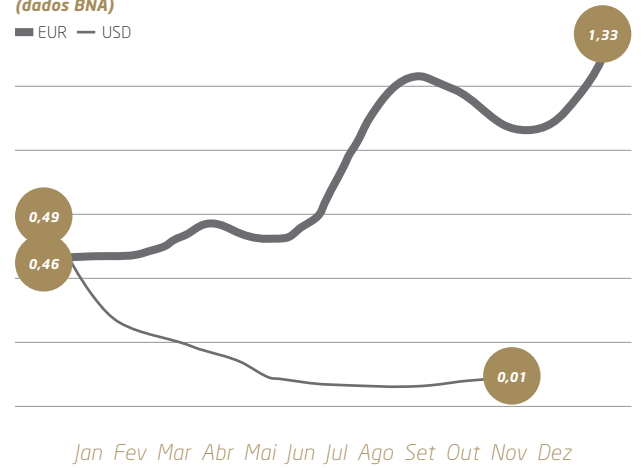
(dados Bloomberg)



VENDA DE DIVISAS POR MOEDA 2016

(dados BNA)

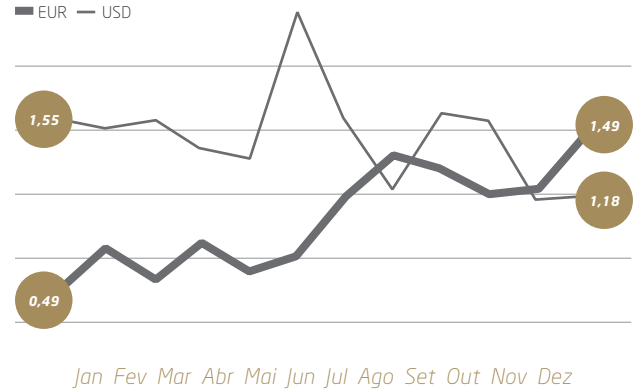
■ EUR — USD



VENDA DE DIVISAS 2015-2015 CONSOLIDADO USD

(dados BNA)

■ EUR — USD





12.5. SISTEMA FINANCEIRO ANGOLANO

CRESCIMENTO NUM CONTEXTO DE DESAFIOS ESTRUTURAIS

O Setor empresarial angolano tem evoluído significativamente nos últimos anos, quer em termos de taxa de crescimento das suas operações quer pela diversificação e expansão para novos setores de atividade, reforçando a capacidade produtiva do País e contribuindo para a redução do volume de importações do exterior.

Este investimento privado nacional, tem dinamizado a atividade creditícia dos bancos, através do recurso ao financiamento bancário por parte dos diversos investidores.

Por isso não é de estranhar o aumento significativo do número de bancos a operar no mercado permitindo às empresas o acesso a uma gama crescente de serviços financeiros. Em 2016 encontravam-se a operar 30 Bancos no mercado.

Angola foi retirada da lista do Grupo de Ação Financeira (GAFI) de países com deficiências estratégicas de CBC/FT em fevereiro de 2016, na sequência dos progressos alcançados para abordar os pontos técnicos do plano de ação acordado com o GAFI.

Como medidas futuras deverá ser destacada a adoção plena das normas de reporte contabilístico IAS/IFRS que terão impactos relevantes nas Instituições Financeiras em Angola, sendo uma das mais relevantes a forma de provisionamento da carteira de crédito.

BNA ASSUME UM PAPEL MAIS ACTIVO NO MERCADO

O BNA implementou um conjunto de medidas com vista a tornar equiparável o sistema financeiro angolano às principais instituições de supervisão e regulação bancárias internacionais:

Pôs em marcha as primeiras acções para a estabilidade macroeconómica, consubstanciado no controlo da base monetária e da solidez do mercado cambial, através da realização de previsão e programação das divisas aos sectores prioritários e no apoio às famílias, saúde, educação, pagamento das despesas do Estado e importação de bens alimentares.

Foi criada a Provedoria do Banco Nacional de Angola com o objectivo de atender às reclamações dos clientes das diversas Instituições financeiras a operar no País.

A implementação de medidas relativas ao novo quadro operacional do mercado cambial com reflexos diretos no controlo das receitas de exportação, assim como das despesas com a importação de bens e serviços. O controlo visa proporcionar a liquidação segura das operações prioritizadas que se encontram adequadamente regulamentadas.

A liquidação das operações validadas ganhou robustez a partir de Janeiro de 2016, considerando a disponibilidade para o BNA da cópia de mensagens do Sistema Site.

No sentido de partilhar as acções que o BNA e a Banca Comercial estão a empreender, para adequar o sistema financeiro angolano às normas prudenciais e às boas práticas internacionais, recomendadas por Basileia II e III e pelo Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI), o BNA tem efetuado inúmeras visitas aos Bancos Congéneres no Exterior (Portugal; UK, Itália; África do Sul, entre outros) com vista a fortalecer as relações com os bancos correspondentes para a criação de condições e facilidades de entrada de liquidez, através de operações de financiamento aos bancos comerciais e as empresas angolanas.

INDICADORES DO SISTEMA BANCÁRIO

Em 2016, os depósitos totais do sector bancário em Angola foram de 6.380.913 Milhões de Kwanzas, registando um crescimento de 14% em comparação com o ano de 2015.



12.6. INDICADORES ECONÓMICOS E PROJECCÕES

Sources: Autoridades Angolanas e Projecções e Estimativas do FMI Pressupostos de base do WEO em 23 de Janeiro de 2017

<i>Indicadores Económicos e Projecções</i>	2012	2013	2014	Prel	Project	Project
				2015	2016	2017
Crescimento real do Produto Interno Bruto (tvh, %)	5,2	6,8	4,8	3	0,0	1,3
Sector petrolífero	4,5	-1,1	-2,6	6,4	0,8	1,5
Sector não petrolífero	5,5	10,9	8,2	1,6	-0,4	1,3
Produção de petróleo (milhões de barris/dia)	1,7	1,7	1,7	1,8	1,8	1,8
Preço do petróleo angolano (média, USD/barril)	110,9	107,7	96,9	50	40,5	46
Índice de Preços no Consumidor (variação y-o-y, fim de período)	9	7,7	7,5	14,3	45	20
Saldo fiscal (% do PIB)	4,6	-0,3	-6,6	-3,3	-4,1	-6,7
Saldo fiscal primário não petrolífero (% do PIB não petrolífero)	-29,2	-28,2	-28,1	-15,9	-10,2	-11,5
Reservas internacionais líquidas (em milhões de USD)	32.156	32.231	27.795	24.419	22.448	19.443
Cobertura das importações pelas reservas brutas (meses)	7,8	7,2	8,8	11	8,1	6,8
Câmbio médio (USD/AOA)	95,5	96,5	98,3	119,7

<i>Balança de Pagamentos</i>	2012	2013	2014	Prel	Project	Project
				2015	2016	2017
Saldo da Balança de Bens e Serviços (% do PIB)	41,1	33,5	24,1	12,1	14,0	11,6
Exportações (var. %)	61,6	54,6	46,7	32,2	28,6	26,1
Das quais: export. Petróleo (var. %)	60,4	53,6	45,5	31,0	27,3	25,0
Importações (var. %)	20,6	21,1	22,5	20,1	14,6	14,5
Balança Comercial (% do PIB)	5,7	-1,8	-8,6	-41,6	-16,2	12,7



12.7. ALTERAÇÕES REGULAMENTARES

<i>Mês</i>	<i>Evento</i>
Janeiro	Instrutivo n.º 01/2016 Regulamentação dos Subsistemas de Compensação e Liquidação
Fevereiro	Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/169 Aprova o Regime Jurídico da Contribuição Especial sobre Operações Bancárias
Abril	Instrutivo n.º 02/2016 Reservas Obrigatórias
	Instrutivo n.º 03/2016 Câmara de Compensação Automatizada de Angola - Garantia para Liquidação de Saldos
	Aviso n.º 01/2016 Limites de saída e entrada de moeda
Maiο	Instrutivo n.º 04/2016 Reservas Obrigatórias
Junho	Aviso n.º 02/2016 Fundos Próprios Regulamentares
	Aviso n.º 03/2016 Requisito de fundos próprios regulamentares para risco de crédito e risco de crédito de contraparte
	Aviso n.º 04/2016 Requisito de fundos próprios regulamentares para risco de mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação
	Aviso n.º 05/2016 Requisito de fundos próprios regulamentares para risco operacional
	Aviso n.º 06/2016 Adopção plena das normas internacionais de contabilidade/normas internacionais de relato financeiro
	Aviso n.º 07/2016 Governação do risco- Princípios da Governação dos Riscos



Mês	Evento
Junho	Aviso n.º 08/2016
	Risco de taxa de juro na carteira bancária
	Aviso n.º 09/2016
	Limites prudenciais aos grandes riscos
Agosto	Instrutivo n.º 05/2016
	Perdas por imparidade para a carteira de crédito
	Instrutivo n.º 06/2016
	Divulgações de instrumentos financeiros
	Instrutivo n.º 07/2016
	Método da taxa de juro efectiva no reconhecimento de rendimentos e gastos de instrumentos financeiros
	Instrutivo n.º 08/2016
	Loações
	Instrutivo n.º 09/2016
	Títulos e valores mobiliários
	Instrutivo n.º 10/2016
	Benefícios dos empregados
	Instrutivo n.º 11/2016
	Tratamento das perdas na carteira de crédito
Instrutivo n.º 12/2016	
Cálculo e requisito de fundos próprios regulamentares para risco de crédito e risco de crédito de contraparte	
Instrutivo n.º 13/2016	
Prestação de informação sobre requisito de fundos próprios regulamentares para risco de crédito e risco de crédito de contraparte	
Instrutivo n.º 14/2016	
Cálculo e requisito de fundos próprios regulamentares para risco de mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação	

<i>Mês</i>	<i>Evento</i>	
Agosto	Instrutivo n.º 15/2016 Prestação de informação sobre requisito de fundos próprios para risco de mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação	
	Instrutivo n.º 16/2016 Cálculo e requisito de fundos próprios regulamentares para risco operacional	
	Instrutivo n.º 17/2016 Prestação de informação sobre requisito de fundos próprios regulamentares para risco operacional	
	Instrutivo n.º 18/2016 Prestação de informação sobre a composição dos fundos próprios e rácio de solvabilidade	
	Instrutivo n.º 19/2016 Risco de liquidez	
	Decreto Presidencial n.º 162/16 Aprova o acordo entre o Governo da República de Angola e o Governo dos Estados Unidos da América, para o melhor cumprimento das obrigações Fiscais Internacionais e a Implementação do Foreign Account Tax Compliance Act- (FATCA)	
	Directiva n.º 05/ DRO/DSI/ 2016 Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro	
	Setembro	Aviso n.º 10/2016 Abertura, movimentação e encerramento de contas de depósito bancário
	Aviso n.º 11/2016 Abertura e encerramento de agências e dependências	
	Aviso n.º 12/2016 Protecção dos consumidores de produtos e serviços financeiros	
Aviso n.º 13/2016 Deveres de informação no âmbito dos depósitos bancários		
Aviso n.º 14/2016 Deveres de informação no âmbito dos contratos de crédito		
Instrutivo n.º 20/2016 Abertura e encerramento de agências e dependências		



Mês	Evento
Setembro	Instrutivo n.º 21/2016
	Casas de Câmbio-Regras Operacionais
	Instrutivo n.º 22/2016
	Serviço de remessas de valores – Regras operacionais
	Lei n.º 19/16 Revisão do Orçamento Geral de Estado
	Lei que altera a Lei n.º 20/15, de 31 de Dezembro de 2015 e aprova o OGE para o Exercício Económico de 2016
	Directiva n.º 03/DRO/DMA/2016
Requisitos de Acesso às Facilidades Permanentes de Cedência de Liquidez	
	Directiva n.º 04/DRO/DSC/DMA/16
	Regulamenta a actividade de Rent-a-Car
Dezembro	Instrutivo n.º 24/2016
	Deveres de Diligência Reforçada
	Instrutivo n.º 25/2016
	Governança do Risco de Crédito
	Instrutivo n.º 26/2016
	Governança do Risco de Liquidez
	Instrutivo n.º 27/2016
Governança do Risco de Mercado	
	Instrutivo n.º 28/2016
	Governança do Risco de Operacional

04. GESTÃO DE RISCO

- 13. Principais Riscos
- 14. Modelo de Governança de Risco
- 15. Definição do Perfil de Risco e Grau de Tolerância face ao Risco
- 16. Risco de Crédito
- 17. Risco de Liquidez, Mercado e Cambial
- 18. Risco Operacional
- 19. Compliance
- 20. Riscos Reputacionais

BCS



O SEU
BANCO
PRIVADO



13.

PRINCIPAIS RISCOS

A gestão do risco é um elemento central na gestão da estratégia do Banco BCS, através do qual identifica, avalia, monitoriza e controla sistematicamente os riscos inerentes ao negócio, visando garantir a conformidade legal, a solidez financeira e a confiança dos clientes, parceiros e de outros stakeholders, de acordo as melhores práticas do mercado e as recomendações efectuadas pelos supervisores e reguladores.

O Banco BCS no âmbito das suas actividades do ano de 2016 desenvolveu as seguintes actividades na área de gestão de risco:

Provisões - Implementação do novo sistema de cálculo de Provisões de acordo com a legislação em vigor;

Risco de Crédito - Elaboração, aprovação e implementação do Manual de Risco de Crédito;

Gestão de Risco;

Elaboração do Manual de Risco de Crédito;

Actualização da Política de Risco;

Desenvolvimento do Processo de Gestão de Risco a que o Banco está exposto, nomeadamente Risco de Crédito, Risco de Mercado e Risco Operacional e acompanhamento do Sistema de Controlo Interno;

Identificação de riscos no processo de negócio e de suporte, bem como os controlos necessários, no sentido de reforçar o ambiente de controlo interno.



13.1. FUNÇÃO DE GESTÃO DE RISCO

A função de gestão de risco está sob a responsabilidade do Gabinete de Risco, nomeadamente, o Chefe do Gabinete de Risco que, durante o ano de 2016, deu sequência aos trabalhos de definição das ferramentas de actuação para que, em 2017, possa ser efectivamente implementada e actuar de acordo a sua incumbência e responsabilidade:

Desenvolvimento de um conjunto de iniciativas no âmbito da sua função de gestão do risco, abrangendo todos os riscos financeiros e não financeiros, no sentido de a tornar cada vez mais robusta e alinhada com as melhores práticas na matéria e com o cumprimento da regulamentação em vigor.

Das várias iniciativas previstas, destacam-se, por um lado, ao nível das Aplicações e Ferramentas, a optimização pretendida para a ferramenta de gestão do risco de crédito (p.e. com a implementação do novo modelo de cálculo de perdas por imparidade) e desenvolvimento da utilização de ferramentas para a gestão do risco de capital, liquidez e risco de taxa de juro e risco cambial.

Formação e adequação de Recursos Humanos dedicados à gestão do risco do Banco, quer em número de quadros qualificados, quer em competências para a função de gestão do risco.

13.2. GABINETE DE RISCO

O Gabinete de Risco tem como missão a gestão combinada dos riscos inerentes à actividade do Banco. Este é responsável por definir as políticas de gestão de risco, analisar, avaliar e monitorizar os diversos riscos a que o Banco se encontra exposto e deverá responder directamente ao Comité de Risco e ao Conselho de Administração.

É o responsável pela identificação, avaliação e acompanhamento dos riscos materialmente relevantes para o Banco, bem como do acompanhamento da adequação e da eficácia das medidas tomadas para corrigir as eventuais deficiências do sistema de gestão de risco.

13.3. COMITÉ DE RISCO

O Comité de Risco é responsável por supervisionar as operações de gestão de riscos e assegurar que as mesmas são adequadas e eficazes, aconselhando o Conselho de Administração no que respeita à estratégia de risco, supervisionar a sua implementação e os trabalhos do Gabinete de Risco.

13.4. COMITÉ DE CRÉDITO

O Comité de Crédito tem como objectivo analisar propostas de operações de crédito enviadas pela Direcção Comercial e emitir o respectivo parecer e decisão. Assim, o Comité proporciona um local de partilha de informação e tomada de decisão, baseadas em análises objectivas ou de informação de mercado.

Cabe ao Comité de Crédito garantir a implementação das políticas de concessão de crédito de acordo com as directrizes emanadas pelo Conselho de Administração Executivo, bem como a aplicação das regras de concessão definidas no Manual de Crédito.



13.5. **COMITÉ DE COMPLIANCE**

O Comité de Compliance é responsável por contribuir para a mitigação do risco de imputação ao Banco de Sanções ou prejuízos patrimoniais ou reputacionais significativos.

É da sua responsabilidade deliberar sobre a Política interna em matérias de Prevenção ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo.

Compete ainda ao Comité promover acções que contribuam para uma cultura organizacional de compliance, sustentada em elevados padrões de ética e de integridade, assegurando a formação em matérias de compliance a todos colaboradores do Banco, assim como disseminar a cultura de controlo para garantir o cumprimento das leis e regulamentos existentes.

13.6. **SUB-COMITÉ DE AML**

Este Sub-Comité tem por objectivo assessorar o Conselho de Administração no cumprimento da sua responsabilidade de supervisão e observância dos requisitos legais e regulamentares em matéria de Combate ao Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo previsto na Política de Prevenção de branqueamento de Capitais do Banco, visando garantir o alinhamento estratégico para a mitigação de riscos de AML.

O Sub-Comité de AML tudo fará para estabelecer e manter linhas de comunicação entre o Conselho de Administração Executivo, as Áreas de Controlo, as Unidades de Negócio e as suas Áreas de Suporte (e.g. Crédito, Operações, Financeira).

13.7. COMITÉ DE AUDITORIA & CONTROLO INTERNO

Estas duas vertentes reunidas neste Comité têm um importante impacto no que diz respeito à definição e implementação de controlos internos.

Todos os limites ou controlos a propor para a implementação devem ser submetidos ao Comité de Auditoria, que em conjunto com o Gabinete de Compliance e Controlo Interno irão dar um parecer sobre a implementação desses controlos. É igualmente consultado o Comité de Auditoria afim de este se pronunciar sobre novos limites ou controlos a estabelecer. O Comité pode aconselhar o Gabinete de Risco sobre as matérias de controlo interno e até identificar novos riscos.

14.

MODELO DE GOVERNAÇÃO DE RISCO

De acordo com o atual modelo de governação, o órgão máximo responsável pela gestão de riscos do Banco é o Conselho de Administração, sendo responsável por aprovar a implementação e actualização da Política de Gestão de Riscos, bem como avaliar a sua eficácia anualmente, suportado pelo Gabinete de Riscos.

Actualmente, o BCS encontra-se a implementar o modelo de Governação de Risco, através do envio da informação relacionada com a identificação e mensuração de riscos e com os planos de acção e monitorização dos mesmos, de acordo com a seguinte metodologia:



Fase do processo de gestão de risco		Risco muito alto (nível 15) ou alto (nível 14)	Outros níveis de risco
Identificação de risco	Identificação de riscos presentes ou novos, definindo os limites de risco.	<i>Comunicar risco num prazo máximo de 3 dias úteis após identificação.</i>	<i>Comunicar risco apenas no relatório trimestral</i>
Mensuração e Avaliação	Calcular e analisar o impacto dos riscos identificados		
Definição de planos de acção	Definir planos de acção de forma a mitigar os riscos	<i>Partilhar o plano acção num período máximo de 2 dias úteis após este estar definido.</i>	<i>Comunicar apenas no relatório trimestral</i>
Resultados de monitorização	Elaborar mecanismos de alerta e controlo de risco. Monitorar os riscos.	<i>Comunicar resultados de monitorização, no máximo até 3 dias úteis após serem produzidos.</i>	<i>Comunicar apenas no relatório trimestral se o resultado da monitorização não reviu o risco em nível de risco superior ou igual a 14. Caso contrário, a comunicação deverá ocorrer em menos de 3 dias úteis.</i>

15.

DEFINIÇÃO DO PERFIL DE RISCO E GRAU DE TOLERÂNCIA FACE AO RISCO

Em 2016, o BCS deu seguimento à definição da estrutura de apetite ao risco do Banco, tendo sempre como principal objectivo o alinhamento entre a estratégia do negócio definida pelo Banco e a estratégia de risco em vigor, tendo em conta as expectativas dos Accionistas, Clientes, Colaboradores, Parceiros Estratégicos e o Regulador, em paralelo com os interesses globais para a construção de uma organização mais sustentável, socialmente responsável e lucrativa.

Nesse sentido, as métricas e limites definidos pelo BCS no apetite ao risco têm como objectivo alinhar as expectativas do orçamento, estratégia do negócio e as necessidades de capital e liquidez.

A linha de governance e reporte definida pelo BCS no âmbito da definição do apetite ao risco e o grau de tolerância é a seguinte:

Governance e Reporte

Conselho de Administração	Ligação do risco e estratégia do negócio;
	Aprovação da Política de Apetite ao Risco;
	Aprovação das métricas e limites de Apetite ao Risco;
	Análise dos principais casos de quebra dos limites e respectivas acções de follow up.

Comité de Risco	Validação do Apetite ao Risco – métricas e limites;
	Validação da Política de Apetite ao Risco;
	Solucionar eventuais pontos de conflito entre risco e negócio.

Gestão de Risco	Desenvolver e propor a Política de Apetite ao Risco;
	Propor métricas e limites de Apetite ao Risco;
	Monitorização resultados e reportá-los ao Comité de Risco,
	Definir medidas correctivas em caso de quebra do Apetite ao Risco e reportar ao Comité de Risco.



16.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é considerado um dos riscos mais relevantes da actividade das Instituições Financeiras. Materializa-se nas perdas e na incerteza quanto a retornos futuros gerados pela carteira de crédito, pela possibilidade de incumprimento dos tomadores dos empréstimos (e do seu garante, se existir) ou de um emissor de um título ou da contraparte de um contrato.

Conforme definido no Aviso 2/2013 do Banco Nacional de Angola, o risco de crédito resulta do incumprimento dos compromissos financeiros estabelecidos, por parte de um mutuário ou de uma contraparte nas operações.

A decisão de crédito do Banco é centralizada no Comité de Crédito, havendo assim um acompanhamento permanente dos processos de cedência de crédito.

16.1. CONCESSÃO DE CRÉDITO

O processo de concessão de crédito inicia-se na área comercial, onde se procede à análise comercial e de seguida é enviado para a área de Gestão de Risco, onde se procede à análise das operações e garantias. Após a Direcção Comercial e o Gabinete de Risco emitirem o parecer, o processo é apresentado ao Comité de Crédito onde é tomada a decisão.

As operações de crédito são classificadas por ordem crescente de risco, de acordo com a legislação em vigor, com as seguintes classes:

Nível	Tipo de Risco
Nível A	<i>Risco mínimo</i>
Nível B	<i>Risco muito baixo</i>
Nível C	<i>Risco baixo</i>
Nível D	<i>Risco moderado</i>
Nível E	<i>Risco elevado</i>
Nível F	<i>Risco muito elevado</i>
Nível G	<i>Risco máximo</i>

16.2. ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

A análise e avaliação do risco de crédito são elaborados pelo Gabinete de Risco, sendo que as análises são preparadas tendo em conta a evolução da carteira de crédito, os níveis de incumprimento, provisões, o tipo de exposição de crédito, bem como o perfil comportamental do cliente no que concerne às suas relações com o banco e com o sistema financeiro.

16.3. ACOMPANHAMENTO

O acompanhamento do crédito concedido inicia-se no momento após a contratação e prolonga-se até ao reembolso total, de forma a garantir o seu cumprimento.

O Banco efectua uma análise contínua da carteira de crédito, ao nível do cumprimento, graus de concentração, classes de risco e provisões. A classificação das posições em risco é revista mensalmente, e sempre que se verifiquem alterações nos indícios de imparidade ou atraso de pagamentos da parcela do principal, nos encargos e nas características das posições em risco, sendo que os níveis mínimos de provisionamento são calculados de acordo com a seguinte tabela:

Níveis de Risco	A	B	C	D	E	F	G
% provisão mínima	0%	1%	3%	10%	20%	50%	100%
Tempo decorrido desde a data de incumprimento	até 15 dias	de 15 a 30 dias	de 1 a 2 meses	de 2 a 3 meses	de 3 a 5 meses	5 a 6 meses	mais de 6 meses



16.4. EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO

O risco de crédito tem a sua origem na possibilidade de perdas derivadas do incumprimento total ou parcial das obrigações financeiras contraídas pelos nossos clientes.

No ano de 2016, a carteira de crédito total foi de 3.045.572 milhares de Kwanzas, sendo que 31,25% foi concedido a Particulares e 68,75% a Empresas.

16.5. CRÉDITO CONCEDIDO POR CLASSE DE RISCO

As posições em risco respeitantes a um mesmo cliente ou grupo económico são classificadas tendo como referência aquelas que representam maior risco.

Esta prática apenas se aplica quando o cliente ou grupo económico apresente, pelo menos, uma posição em risco em situação de atraso superior a 30 dias e quando a posição em risco consolidada do cliente represente um montante superior a 10% da posição em risco consolidada do grupo económico.

Para o ano de 2016, foram concedidos créditos com o nível de risco muito baixo (Nível de Risco B) e nível de risco baixo (Nível de Risco C), em que 33% representam créditos concedidos com o nível de risco B e 67% são créditos concedidos com nível de risco C, sendo que apenas 0,63% representam crédito vencido, com o nível de risco B.

17.

RISCO DE LIQUIDEZ, MERCADO E CAMBIAL

O acompanhamento dos riscos de liquidez, mercado e cambial é da responsabilidade da Direcção Financeira (DFI). Durante o ano de 2016, a DFI implementou um relatório diário com informações, para o Conselho de Administração Executivo, sobre a evolução das situações de liquidez do Banco e a sua exposição ao nível dos acima referidos riscos. No relatório diário são apresentados os indicadores de gestão relativos à posição financeira do Banco.

O BCS controla os riscos financeiros através de limites definidos pelo CA e pelo BNA (sempre que se aplicar). Os principais limites (internos e externos) são os seguintes:

<i>Risco</i>	<i>Definido por</i>	<i>Monitorizado por</i>
Rácio de Transformação	CA	DFI, GRI
Rácio de Liquidez	BNA	DFI, GRI
Rácio de Solvabilidade Regulamentar	BNA	DFI, DCO, GRI
Límite de Exposição Cambial	BNA	DFI
Risco de Taxas de Juro	BNA	DFI, GRI

Tendo em conta a publicação de informação regulamentar ao nível da prestação de informações sobre o risco das instituições financeiras, e a entrada em vigor no ano de 2017, o BCS procedeu à preparação da informação referente a:

1. Cálculo do Rácio de Solvabilidade de acordo com o Aviso 2/2016 e Instrutivos 12,14 e 16/2016 do BNA.

2. Prestação de informação sobre os Fundos Próprios Regulamentares e Requisitos de Fundos Próprios Regulamentares de acordo com os Instrutivos 12,15,17 e 18/2016 do BNA.

3. Prestação de informação referente ao Risco de Liquidez conforme o Instrutivo 19/2016 do BNA e sobre o Risco de Taxa de Juro de acordo com o Aviso 08/2016 do BNA.

O Banco BCS procederá em 2017, à continuidade dos projectos, implementando ferramentas de suporte para o cumprimento da legislação em vigor.



18.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é o risco proveniente da inadequação dos processos internos, pessoas ou sistemas, possibilidade de ocorrência de fraudes, internas e externas, bem como de eventos externos, incluindo os riscos de Compliance e sistemas de informação.

O processo de risco operacional inclui a fase de identificação, avaliação, monitorização, controlo e reporte dos riscos identificados.

Os eventos de risco operacional são categorizados de acordo com o Instrutivo nº 28/2016, sendo que a monitorização do risco operacional é efectuado pelas funções de Controlo, nomeadamente o Gabinete de Risco e o Gabinete de Compliance e Controlo Interno e numa fase posterior pela Auditoria Interna, que garantem a correcta definição das actividades de controlo e elaboração de planos de acção permitindo a mitigação dos riscos operacionais mais relevantes na actividade diária do Banco.

De forma a garantir a correcta implementação das actividades de controlo acima indicadas as funções de controlo efectuam ao longo do ano auditorias e inspecções que permitem identificar as situações que ainda carecem de melhoria e definir e acompanhar os planos de acção para as solucionar.

Durante o ano de 2016 o Gabinete de Riscos iniciou os processos referentes à identificação de riscos conjuntamente com o Gabinete de Auditoria e Inspeção que implementou as acções de auditoria às funções chave da actividade do Banco e o acompanhamento dos planos de acção resultantes da implementação dos processos que visam o cumprimento do disposto nos Avisos nº 1/2013 e nº 2/2013, de 22 de Março, do BNA.

19.

COMPLIANCE

19.1. POLÍTICA DE AML

O banco BCS, S.A., possui uma política de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo na qual se encontram vertidas as orientações e directrizes adoptadas pelo banco para o cumprimento dos requisitos legais nessa matéria. O banco assegura uma postura proactiva em relação a Prevenção de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo, tendo mecanismos que efectivam os seguintes objectivos traçados:

O Garante do cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis;

A prevenção do Crime Financeiro Organizado e do Terrorismo;

A Gestão do risco Reputacional do banco.

O banco por iniciativa própria em 2015 subscreeveu ao regime do FATCA, tendo-lhe sido atribuído um GIIN (Global Intermediary Identification Number) por forma a estar alinhado com as melhores práticas internacionais.

Ao banco continua integrada uma plataforma tecnológica associada às listas FACTIVA da provedora DOWN JONES que permitem realizar um pormenorizado escrutínio de clientes, respectivas entidades relacionadas e seus beneficiários efectivos assegurando assim os pressupostos de identificação e monitoramento contínuo desses clientes e das suas transações. Todas as relações de negócio estabelecidas pelo banco são enquadradas numa matriz de risco que permite aferir o nível de risco do cliente.

A política de AML do banco prevê ainda o reporte das operações suspeitas às autoridades de supervisão, bem como, a criação de programas de formação continua aos colaboradores do banco.

O Conselho de Administração Executivo é responsável pela aprovação e acompanhamento das estratégias de risco do banco, estando aqui abrangidas as políticas e procedimentos associados ao Sistema de Controlo Interno que permitem às várias Direcções e Gabinetes do banco atingirem os objectivos definidos.

A função de Compliance permanece instituída no banco de forma independente, permanente e efectiva por forma a controlar o cumprimento das obrigações legais e outros deveres a que o banco se encontre sujeito.



20.

RISCOS REPUTACIONAIS

O Gabinete de Compliance do banco continua com um papel activo na identificação e acompanhamento da implementação de novos procedimentos em virtude das alterações às leis e regulamentos que regem a actividade do Sector Bancário.

A Lei 34/11 de 12 de Dezembro, em conjunto com outras disposições legais não se limita a criminalizar certos comportamentos, nomeadamente os que se traduzem em “branqueamento de capitais provenientes de actividades ilícitas”, estabelece também um conjunto de medidas de carácter preventivo, especialmente dirigidas ao sistema financeiro.

Cada vez mais o banco BCS tem vindo a adoptar estratégias, políticas e processos, com a criação de normativos e procedimentos internos que permitem a prevenção da utilização do banco para efeitos de Branqueamento de Capitais e no Financiamento do Terrorismo.

No âmbito das suas funções associadas ao combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, o Gabinete de Compliance permanece com a obrigação de garantir a correcta formação dos Colaboradores do banco nestas matérias e assegurar que situações suspeitas comunicadas ao Gabinete, sejam reportadas à Unidade de Informação Financeira (UIF).

O risco de reputação refere-se ao risco proveniente da percepção da imagem do banco relativamente a devedores, contrapartes, accionistas, supervisores e opinião publica em geral.

O BCS tem como política reputacional que representa a actividade do Banco, a constante transmissão da visão, missão e valores e o seu relacionamento com os clientes, contrapartes, accionistas, investidores e o regulador.

O Conselho de Administração acompanha e avalia as situações que possam comprometer a reputação do Banco, sendo realizadas as diligências necessárias com vista à sua resolução.

A imagem do Banco é acompanhada pelo Conselho de Administração, que realiza ao longo do ano acções junto dos seus clientes que permitam transmitir os princípios e valores associados ao Banco BCS.





05. ANÁLISE FINANCEIRA

- 21. Análise Financeira
- 22. Proposta de aplicação de Resultados



O SEU
BANCO
PRIVADO

21. ANÁLISE FINANCEIRA

21.1. ACTIVO LIQUIDO

O total do activo líquido ascendeu a 11.777.688 MAKZem 31 de dezembro de 2016, face a 3.213.296 MAKZno mesmo período de 2015, influenciado pelo aumento das seguintes rubricas:

Aumento nas disponibilidades em 3.323.377 MAKZem 2016, face aos 1.121.332 MAKZregistrado n período homologo;

As aplicações no mercado de capitais ascenderam aos 1.946.112MAKZ, perfazendo a aumento em 224,1% em relação ao período homólogo, que se cifrou em 600.501MAKZ.

Crédito a clientes líquido de provisões totalizou 2.995.332 MAKZem 2016.

MAKZ	2015	2016	Δ% 15-16
Activo Líquido	3 213 296	11 777 688	266,5%
Disponibilidades	1 121 332	3 323 377	196,4%
Aplicações de liquidez	1 003 066	400 548	-60,1%
Títulos e valores mobiliários	600 501	1 946 112	224,1%
Crédito sobre clientes		2 995 332	
Imobilizado líquido	383 889	2 999 154	681,3%
Outros activos	104 508	113 164	8,3%

21.2. COMPOSIÇÃO DO ACTIVO LIQUIDO

EVOLUÇÃO USD VS AOA

■ 2015 ■ 2016

Disponibilidades



Aplicações



Crédito



Imob. líquido



Outros activos





21.3. CARTEIRA DE TÍTULOS

Em face de uma melhoria significativa na liquidez no banco, influenciada pelo aumento nas disponibilidades em 196,4%, o banco reclassificou a sua carteira de títulos para categoria de Mantidos até ao vencimento, divergindo da classificação registada no período homólogo, que se encontrava registado na categoria de Mantidos para negociação.

MAKZ	2015	2016
Carteira de Títulos	600 501	0
Mantidos para negociação	<i>600 501</i>	<i>0</i>
Obrigações do Tesouro		
Obrigações do Tesouro - Indexados	<i>502 085</i>	<i>0</i>
Bilhetes do Tesouro	<i>98 416</i>	<i>0</i>
Disponíveis para venda		
Obrigações do Tesouro		
Obrigações do Tesouro - Indexados		
Bilhetes do Tesouro		
Mantidos até ao vencimento	<i>0</i>	<i>1 946 112</i>
Obrigações do Tesouro		
Obrigações do Tesouro - Indexados	<i>0</i>	<i>1 946 112</i>
Bilhetes do Tesouro		

21.4. PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

O Passivo total evoluiu de 1.259.815 MAKZ no final de 2015, para 6.696.888 MAKZ em 31 de dezembro de 2016 (+431.6%), destacando um aumento na rubrica de depósito de clientes, que se cifrou em 5.859.878 MAKZ no final do ano, face aos 1.073.625 MAKZ registado no exercício anterior. Destacamos também a um aumento na rubrica de outras obrigações, que totalizou 740.516 MAKZ, face aos 186.190 MAKZ registado no mesmo período de 2015, corresponde essencialmente a provisões para fazer face a eventuais contingências decorrentes da actividade do Banco, bem como para refletir perdas potenciais no valor de realização de outros activos e contas de regularização.

Os Capitais Próprios (Situação Líquida) cresceram 160,1%, evoluindo de 1.953.481 MAKZ no final de 2015 para 5.080.800 MAKZ em 31 de dezembro de 2016. A evolução dos Capitais beneficiou-se sobretudo pelo aumento do capital social do BCS celebrado por escritura pública no dia 27 de Junho de 2016, ascendendo aos 6.000.000 MAKZ, comparativamente aos 2.500.000 MAKZ reconhecido no período homólogo.



O SEU
BANCO
PRIVADO

MAKZ	2015	2016	Δ% 15-16
Passivo e Situação Líquida	3 213 296	11 777 688	266,5%
Depósitos	1 073 625	5 859 878	445,8%
Depósitos de Clientes	1 073 625	5 859 878	445,8%
Depósitos á Ordem de Instituições de Crédito			
Captações de Liquidez			
Outras Captações		3 627	
Outras Obrigações	186 190	740 516	297,7%
Provisões para Responsabilidades Prováveis		92 867	
Situação Líquida	1 953 481	5 080 800	160,1%

21.5. COMPOSIÇÃO DO PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

EVOLUÇÃO USD VS AOA

■ 2015 ■ 2016

Depósitos



Situação Líquida



Outras Obrigações





21.6. RECURSOS DE CLIENTES

A carteira de recursos totais de clientes no ano de 2016 ascendeu a cerca de 5.859.878MAKZ, contrapondo os 1.073.625 registado no mesmo período do ano de 2015.

Em 31 de Dezembro de 2016 o peso na carteira dos depósitos a ordem cifrou-se em 79,2%, 4.643.941MAKZ, e o peso da carteira dos depósitos a prazo totalizava a 20,8 %, 1.215.937MAKZ, do total da carteira de depósitos.

MAKZ	2015	2016	Δ% 15-16
Depósitos de Clientes	1 073 625	5 859 878	445,8%
Depósitos á Ordem	1 073 625	4 643 941	332,5%
Moeda Nacional	1 073 625	4 634 873	331,7%
Moeda Estrangeira	0	9 068	
Depósitos a Prazo	0	1 215 937	
Moeda Nacional	0	1 215 937	
Moeda Estrangeira	0	0	
Outros Depósitos	0	0	
Moeda Nacional	0	0	
Captações de Liquidez	0	0	

21.7. CAPITAIS PRÓPRIOS

Em 31 de Dezembro de 2016, os capitais próprios do Banco totalizavam cerca de 5.080.800MAKZ, evidenciando a um aumento em 160,1%, face aos 1.953.481 MAKZ registado em 2015.

Esta variação é justificada pelo aumento de capital em 3.500.000 MAKZ registado em 2016, celebrado por escritura pública no dia 27 de Junho de 2016, que ascendeu aos 6.000.000MAKZ. De realçar também uma redução em 31,8 % no resultado líquido de exercício, que se cifrou em -372.681MAKZ, face aos -546.519 MAKZ registado no período homólogo.

MAKZ	2015	2016	Δ% 15-16
Capital Próprio	1 953 481	5 080 800	160,1%
Capital	2 500 000	6 000 000	140,0%
Reservas			
Resultados Transitados		-546 519	
Resultado Líquido do Exercício	-546 519	-372 681	-31,8%

21.8. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

O Resultado Líquido do BCS totalizou -372.681 MAKZem 2016, evidenciando uma redução de 31,8% face aos -546.519 de MAKZapurados em igual período de 2015.

A Margem financeira ascendeu a 508.470MAKZ, evidenciando um aumento de 4.715,2% face aos 10.560 MAKZregistado no período homólogo de 2015.

Em face a aumento significativo na margem financeira, os resultados e intermediação financeira totalizaram a 1.043.613MAKZ, evidenciando um aumento de 2.857,7 %, comparativamente aos 35.292 MAKZregistados no mesmo período de 2015.

Os custos administrativos aumentaram 141,1%, totalizando 1.402.816 MAKZem 2016, face aos 581.736 MAKZcontabilizados no período homólogo de 2015, devido ao aumento dos custos com pessoal e infraestrutura.

Os outros proveitos e custos operacionais foram negativos 11.565 MAKZno exercício de 2016, que comparam também com perdas líquidas de -75 MAKZem igual período.

MAKZ	2015	2016	Δ% 15-16
Conta de Exploração			
1. Margem financeira	10 560	508 470	4715,2%
2. Margem complementar	24 733	535 143	2063,7%
3. Resultados de intermediação financeira	35 292	1 043 611	2857,1%
4. Resultados com mercadorias, produtos e outros serviços			
5. Custos administrativos e de comercialização	-581 736	-1 402 816	141,1%
6. Outros proveitos e custos operacionais	-75	-11 565	15231,2%
7. Resultado operacional	-546 519	-370 771	-32,2%
8. Resultado não operacional	0	-1 913	
9. Resultado antes de impostos	-546 519	-372 683	-31,8%
10. Impostos sobre lucros			
11. Resultado Líquido do Exercício	-546 519	-372 683	-31,8%



21.9. MARGEM FINANCEIRA

Contrariamente ao verificado em 2015, que não registou proveitos de crédito devido à não concessão de crédito, em 2016 os juros de crédito ascenderam a 502.547MAKZ.

Os juros dos Títulos e valores mobiliários totalizaram 123.727MAKZ, mais 3.808,0% com relação ao ano de 2015, que se cifrou em cerca de 3.166MAKZ.

Registou-se a um aumento dos custos nas captações de liquidez, contribuindo para um resultado negativo de -102.138 MAKZ em 2016, face ao resultado positivo apurado em 2015 de 7.394MAKZ.

MAKZ	2015	2016	Δ% 15-16
Margem Financeira	10 560	508 470	4.715,2%
Juros de Crédito	0	502 547	
Juros de Títulos e Valores Mobiliários	3 165	123 727	3808,6%
Juros de Mercado Monetário Interfinanceiro	7 394	-102 138	-1481,3%
Juros de Depositos	0	-15 667	

21.10. MARGEM COMPLEMENTAR

No exercício de 2016, a Margem Complementar atingiu cerca de 535.143MAKZ, face aos 24.732 MAKZ registado no período homólogo, sendo de realçar que o Banco ainda não estava totalmente operacional no ano de 2015, os seus proveitos decorrentes da transaccionalidade ainda eram pouco expressivos.

MAKZ	2015	2016	Δ% 15-16
Margem Complementar	24 732	535 143	2063,8%
Resultados de negociação e ajuste ao valor justo	7	0	-100,0%
Resultados de operações cambiais	23 093	349 760	1414,6%
Resultados de prestação de serviços financeiros	1 632	328 490	20027,4%
Provisões para crédito de liquidação duvidosa	0	-143 107	

21.11. CUSTOS ADMINISTRATIVOS E DE COMERCIALIZAÇÃO

Os encargos administrativos do Banco, que agregam os custos com o pessoal no montante de 730.363 MAKZ os fornecimentos de terceiros e outros gastos no montante de 413.147 MAKZ e as depreciações e amortizações do exercício de 177.764 MAKZ.

Os custos com o pessoal evoluíram para 205,2%, 730.363 MAKZ, no ano de 2016, face aos 239.330 MAKZ registado em dois meses de actividade no ano de 2015, reflecte o reforço na política de contratação de forma a reforçar o seu capital humano.

Em face aos grandes níveis de investimentos em infraestrutura e tecnologia de informação, os custos com depreciações e amortizações evoluíram para 177.764 MAKZ, comparando com 23.614 MAKZ reconhecido no período homólogo.

MAKZ	2015	2016	Δ% 15-16
Custos Administrativos e de Comercialização	577 961	1 321 274	128,6%
Pessoal	239 330	730 363	205,2%
Fornecimentos de terceiros e outros gastos	315 017	413 147	31,2%
Depreciações e amortizações	23 614	177 764	652,8%

21.12. COST-TO-INCOME

O crescimento nos custos administrativos e de comercialização contribuíram para um decréscimo no rácio cost-to-income em -91,8%, que cifrou-se em 134,4%, face aos 1.648,7% registado no mesmo período de 2015.

MAKZ	2015	2016	Δ% 15-16
Cost-to-income	1648,4%	134,4%	-91,8%
Custos Administrativos e de Comercialização	581 736	1 402 816	141,1%
Resultado de Intermediação Financeira	35 292	1 043 611	2857,1%



22.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que ao resultado líquido apurado no balanço individual de -372.681MAKZ, seja dada a seguinte aplicação:

372.681 MAKZ para resultados transitados.

06. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 23. Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2015 e 2016
- 24. Demonstração de Resultados para os exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2016
- 25. Demonstração da Mutação nos Fundos Próprios para os exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2016
- 26. Demonstrac o de Fluxos de Caixa para os exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2016

BCS



O SEU
BANCO
PRIVADO



23.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2016

MAKZ	2015	2016	Δ% 15-16
Activo	3 213 296	11 777 688	266,5%
Disponibilidades	1 121 332	3 323 377	196,4%
Aplicações de liquidez	1 003 066	400 548	-60,1%
Operações no mercado monetário interbancário	1 003 066	400 548	-60,1%
Títulos e valores mobiliários	600 501	1 946 112	224,1%
Mantidos para Negociação	600 501		-100,0%
Disponíveis para venda			
Mantidos até ao vencimento		1 946 112	
Crédito		2 995 332	
Créditos		3 045 572	
Provisão para Créditos de liquidação duvidosa		-50 240	
Outros valores	104 508	113 164	8,3%
Imobilizações	383 889	2 999 154	681,3%
Imobilizações financeiras		68 203	
Imobilizações corpóreas	114 768	2 556 840	2127,8%
Imobilizações Incorpóreas	269 121	374 111	39,0%
Passivos e Fundos Próprios	3 213 296	11 777 688	266,5%
Passivos	1 259 815	6 696 888	431,6%
Depósitos	1 073 625	5 859 878	445,8%
Depósitos à ordem	1 073 625	4 643 941	332,5%
Depósitos a prazo		1 215 937	
Captações de liquidez			
Operações no mercado monetário interbancário			
Obrigações no Sistema de Pagamento		3 627	
Outras captações			
Outras obrigações	186 190	740 516	297,7%
Provisões para responsabilidades prováveis		92 867	
Fundos Próprios	1 953 481	5 080 800	160,1%
Capital social Reservas e fundos Resultados transitados	2 500 000	6 000 000	140,0%
Resultado Transitado		-546 519	
Resultado Líquido do exercício	-546 519	-372 681	-31,8%



24.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2016

MAKZ	2015	2016	Δ% 15-16
Margem Financeira	10 560	508 470	4715,2%
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos (1+2+3+4)	10 560	659 614	6146,5%
Proveitos de Aplicações de Liquidez	7 394	33 340	350,9%
Proveitos de Títulos e valores mobiliários	3 166	123 727	3807,4%
Proveitos de Instrumentos Financeiros Derivados	0	0	
Proveitos de Créditos	0	502 547	
(-) Custos de Instrumentos Financeiros Passivos (5+6+7+8+9)	0	-151 144	
Custos de Depósitos	0	-15 667	
Custos de Captações para Liquidez	0	-135 477	
Custos de Captações com títulos e valores Mobiliários	0	0	
Custos com instrumentos Financeiros Derivados	0	0	
Custos de Outras Captações	0	0	
Resultados de negociações e Ajustes ao Valor justo	7	0	-100,0%
Resultados de Operações Cambiais	23 093	349 760	1414,6%
Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	1 632	328 490	20027,4%
(-) Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa e prestação de Garantias	0	-143 107	
Resultados de Planos de Seguros, Capitalização e Saúde Complementar	0	0	
Resultados de Intermediação Financeira	35 292	1 043 613	2857,1%
Resultados Com Mercadorias, Produtos e Outros Serviços	0	0	
(-) Custos Administrativos e de Comercialização	-581 736	-1 402 816	141,1%
Pessoal	-239 330	-730 363	205,2%
Fornecimentos de Terceiros	-315 017	-413 147	31,2%
Impostos e Taxas Não incidentes sobre o resultado	-2 014	-61 795	2967,6%
Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras	0	-6 616	
Custos com pesquisa e desenvolvimento	0	0	
Provisões Especificas para perdas com Clientes Comerciais e Industriais	0	0	
Outros Administrativos e de Comercialização	-1 761	-13 131	645,8%



MAKZ	2 015	2 016	Δ% 15-16
(-) Custos Administrativos e de Comercialização	-581 736	-1 402 816	141,1%
Provisões Específicas para perdas com Invent. Com. e Industriais	0	0	
Depreciações e Amortizações	-23 614	-177 764	652,8%
Recuperação de Custos	0	0	
(-) Provisões sobre Outros Valores e Responsabilidades Prováveis	0	-642	
Resultado de Imobilizações Financeiras	0	0	
Outros Proveitos e Custos Operacionais	-75	-10 923	14380,0%
Outros Proveitos e Custos Operacionais	-581 811	-1 414 381	143,1%
Resultado de Actualização Monetária Patrimonial	0	0	
Resultado Operacional	-546 519	-370 768	-32,2%
Resultado não Operacional	0	-1 913	
Resultado Antes de Impostos e Outros Encargos	-546 519	-372 681	-31,8%
(-) Encargos Sobre Resultados Correntes	0	0	
Resultado Corrente do Exercício	-546 519	-372 681	-31,8%
(-) Participações Minoritárias	0	0	
Resultado do Exercício	-546 519	-372 681	-31,8%



25.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO NOS FUNDOS PRÓPRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2016

MAKZ

	<i>Capital Social</i>	<i>Reservas e fundos</i>	<i>Resultados Transitados</i>	<i>Resultado líquido do exercício</i>	<i>Total</i>
Saldos em 31 de Dezembro de 2014					
Capital Social	2 500 000				2 500 000
Aumento do capital social					
Outros movimentos					
Resultado do exercício				(546 519)	(546 519)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015					
	2 500 000			(546 519)	1 953 481
Transferência do resultado de 2015			(546 519)		(546 519)
Aumento do capital social	3 500 000				3 500 000
Outros movimentos					
Resultado do exercício				(372 681)	(372 681)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016					
	6 000 000		(546 519)	(372 681)	5 080 800

26.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2016

<i>MAKZ</i>	<i>2 015</i>	<i>2 016</i>
Recebimentos de proveitos de instrumentos financeiros activos		
Recebimentos de proveitos de aplicações de liquidez	4 328	33 339
Recebimentos de proveitos de títulos e valores mobiliários	-	123 727
Recebimentos de proveitos de créditos	-	502 547
Pagamentos de custos de instrumentos financeiros passivos		
Pagamentos de custos de depósitos	-	(15 667)
Pagamentos de custos de captações para liquidez	-	(135 476)
FLUXO DE CAIXA DA MARGEM FINANCEIRA	4 328	508 469
Fluxo de caixa dos resultados de negociações e ajustes ao valor justo	-	-
Fluxo de caixa dos resultados de operações cambiais	23 093	349 760
Fluxo de caixa dos resultados de prestação de serviços financeiros	1 632	328 491
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	29 053	1 186 720
Recebimentos e pagamentos de outros proveitos e custos operacionais		
(-) Pagamentos de outros custos administrativos e de comercialização	(397 830)	(1 225 067)
Fluxo de caixa da liquidação de operações no sistema de pagamentos	-	3 627
Fluxo de caixa dos outros valores e outras obrigações	15 977	475 176
Fluxo de caixa de outros custos e proveitos operacionais	-	(10 923)
FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES	(352 800)	429 534
Fluxo de caixa dos investimentos em aplicações de liquidez	(1 000 000)	602 519
Fluxo de caixa dos investimentos em títulos e valores mobiliários activos	(597 328)	(1 345 612)
Fluxo de caixa dos investimentos em créditos	-	(3 045 572)
FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1 597 328)	(3 788 665)
FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS EM OUTROS VALORES	-	(8 052)
Fluxo de caixa dos outros ganhos e perdas não-operacionais	-	(1 913)
Fluxo de caixa dos investimentos em imobilizações	(502 165)	(2 793 031)
FLUXO DE CAIXA DAS IMOBILIZAÇÕES	(502 165)	(2 794 943)
FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS	(2 099 493)	(6 591 660)



MAKZ	2 015	2 016
Fluxo de caixa dos financiamentos com depósitos	1 073 625	4 786 253
FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1 073 625	4 786 253
Recebimentos por realização de capital social	-	3 500 000
FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS COM FUNDOS PRÓPRIOS	-	3 500 000
FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS COM OUTRAS OBRIGAÇÕES	-	77 918
FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS	1 073 625	8 364 171
VARIAÇÕES EM DISPONIBILIDADES	(1 378 668)	2 202 045
SALDO EM DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO/PERÍODO	2 500 000	1 121 332
SALDO EM DISPONIBILIDADES NO FINAL DO EXERCÍCIO/PERÍODO	1 121 332	3 323 377



07.
NOTAS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

BCS



O SEU
BANCO
PRIVADO

27. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco de Crédito do Sul, S.A. (adiante igualmente designado por “BCS” ou “Banco”) foi constituído por Escritura Pública de 20 de Maio de 2015, na sequência da comunicação do Banco Nacional de Angola de 23 de Março de 2015 que autorizou a sua constituição. O Banco iniciou a sua actividade no dia 21 de Outubro de 2015.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, em depósitos no Banco Nacional de Angola, em aplicações em instituições de crédito, na aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. O Banco presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

Em 31 de Dezembro de 2016 o Banco dispõe de um posto de atendimento no Edifício Sede (Edifício Garden Towers, Torre B, Piso 15, Complexo Comandante Gika, Luanda) e tem em curso obras no balcão do edifício Sede, em Luanda, e no balcão do Lubango.

28. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco, de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF), nos termos do Instrutivo nº 9/2007, de 19 de Setembro, emitido pelo Banco Nacional de Angola e actualizações subsequentes. Estes princípios poderão diferir dos geralmente aceites em outros países.

As demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 não foram ainda objecto de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 encontram-se expressas em milhares de Kwanzas Angolanos, tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional com base no câmbio médio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os câmbios do Kwanza Angolano (AOA) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e ao Euro (EUR) utilizados pelo Banco foram os seguintes:



	2016	2015
1 USD =	165,903	135,315
1 EUR =	185,611	147,832

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

A) ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados quando ocorrem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

B) TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas Angolanos à taxa de câmbio média publicada pelo Banco Nacional de Angola à data do balanço.

Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem, na rubrica "Resultados de operações cambiais" (Nota 14).

C) CRÉDITOS

Os créditos são activos financeiros e são registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos por outras entidades.

Os juros associados às operações de crédito são periodificados ao longo do período a que dizem respeito por contrapartida da margem financeira, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

As responsabilidades por garantias e avales são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados e periodificados ao longo da vida das operações.

As operações de crédito concedido a clientes, incluindo as garantias e avales, são submetidas à constituição de provisões no âmbito das disposições previstas nos Avisos nº 11/2014 e nº 12/2014, de 17 de Dezembro, do Banco Nacional de Angola. A metodologia de classificação do crédito concedido a clientes e a determinação das respetivas provisões encontram-se definidas no Aviso nº 11/2014, de 17 de Dezembro, do Banco Nacional de Angola, e no Instrutivo nº 9/2015 (que revogou o aviso nº 3/2012), de 4 de Junho, do Banco Nacional de Angola, respetivamente.

O Aviso nº 11 /2014, de 17 de Dezembro, do Banco Nacional de Angola, prevê que se deverá proceder à anulação de juros vencidos superiores a 90 dias.

Nos termos do Aviso nº 11/2014 as operações de crédito são classificadas por ordem crescente de risco, de acordo com as seguintes classes:

Nível A: Risco mínimo

Nível B: Risco muito baixo

Nível C: Risco baixo

Nível D: Risco moderado

Nível E: Risco elevado

Nível F: Risco muito elevado

Nível G: Risco máximo

As posições em risco respeitantes a um mesmo cliente ou grupo económico são classificadas tendo como referência aquelas que representam maior risco. Esta prática apenas se aplica quando o cliente ou grupo económico apresente, pelo menos, uma posição em risco em situação de atraso superior a 30 dias e quando a posição em risco consolidada do cliente represente um montante superior a 10% da posição em risco consolidada do grupo económico.

Provisões para crédito de liquidação duvidosa e prestação de garantias

A classificação individual da posição em risco considera as características e os riscos da operação e do mutuário. A classificação das posições em risco deve ser revista mensalmente, e sempre que se verifiquem alterações nos indícios de imparidade no atraso de pagamentos da parcela do principal, nos encargos e nas características das posições em risco observando-se que:

Níveis de Risco	Tempo decorrido desde a entrada em incumprimento
B	<i>Até 30 dias ou sem indícios de imparidade</i>
C	<i>de 30 a 60 dias</i>
D	<i>de 60 a 90 dias</i>
E	<i>de 90 a 150 dias</i>
E	<i>de 150 a 180 dias</i>
F	<i>mais de 180 dias</i>

No que diz respeito aos ponderadores de posição em risco, e segundo o Instrutivo nº 9/2015, estes são definidos conforme tabela seguinte:



Classificação Posição de Risco	Sem Garantia	Com Garantia					
		Pessoal	Real			Financeira	Não Financeira
			Hipotecária		Outros Fins		
			Crédito Habitação				
		Posição em Risco < 75% da Garantia	Posição em Risco >= 75% da Garantia				
A	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
B	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
C	5%	5%	2%	2%	5%	2%	5%
D	30%	20%	5%	15%	20%	10%	20%
E	50%	30%	15%	25%	30%	20%	30%
F	70%	60%	45%	55%	60%	50%	60%
G	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

O Risco "Nível A: Risco mínimo" é utilizado para operações que se encontrem (i) assumidas pelo Estado Angolano, englobando as suas administrações centrais e provinciais; (ii) assumidas por administrações centrais, bancos centrais de países incluídos no grupo 1 (definido no Instrutivo nº 1/2015, de 14 de Janeiro, do Banco Nacional de Angola), organizações internacionais ou bancos multilaterais de desenvolvimento, bancos multilaterais de desenvolvimento e organizações internacionais; (iii) totalmente garantidas por depósitos em numerário ou certificados de depósito constituídos ou emitidos pela instituição mutuante ou por instituições em relação de domínio ou de grupo com a instituição mutuante e tenha sede em Angola ou país incluído no grupo 1, bancos multilaterais de desenvolvimento e organizações internacionais, desde que a posição em risco e

o depósito ou certificado estejam denominados na mesma moeda; (iv) totalmente garantidas por depósitos em numerário ou certificados de depósito constituídos ou emitidos pela instituição mutuante ou por sucursais da instituição mutuante, não abrangidas pela alínea anterior, desde que a posição em risco e o depósito ou certificado estejam denominados na mesma moeda; e (v) totalmente garantidas por títulos ou obrigações emitidas pelo Estado Angolano ou pelo Banco Nacional de Angola.

Os níveis mínimos de provisionamento são calculados com base na Tabela I do Anexo II do Instrutivo nº 9/2015 considerando as garantias reais e pessoais recebidas pelo Banco que cumpram os critérios de elegibilidade estabelecidos no Aviso nº 10/2014, de 3 de Dezembro, do Banco Nacional de Angola.

Relativamente aos saldos extrapatrimoniais, nomeadamente os Créditos Documentários à Importação (CDI's) o Banco utiliza os factores de conversão de risco de crédito previstos no Instrutivo nº 9/2015 do BNA, nomeadamente o factor de conversão de 100% para os CDI's irrevogáveis com natureza de substitutos de crédito e o factor de 50% para os CDI's irrevogáveis que não tenham a natureza de substitutos de crédito.

Segundo o Instrutivo nº 9/2015, o cálculo da provisão sobre um valor extrapatrimonial é efectuado através do factor de conversão associado à natureza do valor a considerar, sobre o total do valor a provisionar.

Provisões para Risco-País

O Banco procede ao registo de provisões para Risco-País sobre as posições em risco com base na Tabela II do Anexo II do Instrutivo nº 9/2015, e em função do grupo de risco do país ou território em que a posição em risco ou a garantia se encontrem domiciliadas em conformidade com o Instrutivo nº 1/2015, de 14 de Janeiro, do Banco Nacional de Angola.

D) CARTEIRA DE TÍTULOS

Atendendo às características dos títulos e à intenção quando da sua aquisição, a carteira de títulos do Banco é classificada da seguinte forma:

Mantidos para negociação

São considerados títulos mantidos para negociação os títulos adquiridos com o objectivo de serem activa e frequentemente negociados.

Os títulos mantidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo custos directamente atribuíveis à aquisição do activo. Posteriormente, são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização reconhecido em resultados do exercício.

Valor de mercado

A metodologia de apuramento do valor de mercado (justo valor) dos títulos utilizada pelo Banco é conforme segue:

- i. Preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- ii. Valor líquido provável de realização obtido mediante adopção de técnica ou modelo interno de valorização;
- iii. Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador; e
- iv. Preço definido pelo Banco Nacional de Angola.

No caso de títulos para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares e que têm maturidades reduzidas, os mesmos são valorizados com base no custo de aquisição por se



entender que este reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado.

Mantidos até ao vencimento

Esta rubrica inclui os títulos que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à sua maturidade.

Os Títulos do Banco Central e os Bilhetes do Tesouro são emitidos a valor descontado e registados pelo seu custo de aquisição. A diferença entre este e o valor nominal, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito, na rubrica “Proveitos de títulos e valores mobiliários” (Nota 13), ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos, por contrapartida da rubrica do activo “Proveitos a receber” (Nota 5).

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional, indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos (USD) estão sujeitas à actualização cambial. Deste modo, o resultado da actualização cambial do valor nominal dos títulos é reflectida na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre na rubrica “Resultados de operações cambiais” (Nota 14), sendo o juro corrido reflectido na rubrica “Proveitos a receber” (Nota 5).

Tal como definido pelo Decreto Legislativo Presidencial nº 2/14, os rendimentos de títulos de dívida pública (Bilhetes do Tesouro, Obrigações do Tesouro e Títulos do Banco Central) são tributados em sede de Imposto sobre a Aplicação de Capitais (“IAC”) (Nota 2.g)).

Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda

O Banco realizou operações de compra de liquidez temporária no mercado interfinanceiro com o Banco Nacional de Angola em que foram aplicados recursos recebendo Obrigações do Tesouro em garantia. Estas operações têm subjacente um acordo de revenda dos títulos numa data futura, por um preço previamente estabelecido entre as partes (Nota 4).

Os proveitos das operações de compra de títulos de terceiros com acordos de revenda corresponde à diferença entre o valor da revenda e o valor de compra dos títulos. O reconhecimento do proveito foi realizado conforme o princípio a especialização em razão da fluência do prazo das operações na rubrica “Proveitos de instrumentos financeiros activos – Proveitos de aplicações de liquidez” (Nota 13).

Os títulos comprados com acordo de revenda não são registados na carteira de títulos, na medida em que são registados os fundos entregues, na rubrica do Activo “Aplicações de liquidez – Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda”, sendo periodificado o valor dos juros na mesma rubrica (Nota 4).

Classificação em classes de risco

Nos termos do normativo em vigor, o Banco classifica os títulos e valores mobiliários, em ordem crescente de riscos, de acordo com as seguintes classes:

Nível A: Risco mínimo

Nível B: Risco muito baixo

Nível C: Risco baixo

Nível D: Risco moderado

Nível E: Risco elevado

Nível F: Risco muito elevado

Nível G: Risco máximo

O Banco classifica os títulos de dívida do Estado Angolano e do Banco Nacional de Angola no Nível A.

E) IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E CORPÓREAS

As immobilizações incorpóreas correspondem, essencialmente, a software. Estas despesas são registadas ao custo de aquisição e amortizadas linearmente ao longo de um período de três anos.

As immobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes às taxas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial, que correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	<i>Anos de vida útil</i>
Edifícios	25
Equipamento:	
. Mobiliário e material	3 a 16
. Equipamento informático	3 a 5
. Material de transporte	4

F) IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS

Participações em Outras Sociedades

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem inferior a 10% do respectivo capital votante.

Estes activos são registados pelo custo de aquisição, deduzido de eventuais provisão para perdas.

G) IMPOSTOS SOBRE OS RENDIMENTOS

Imposto industrial

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A, sujeito a uma taxa de imposto de 30%.

O imposto corrente engloba o Imposto Industrial, o qual é calculado com base no resultado fiscal do exercício, podendo este ser diferente do resultado contabilístico devido a ajustamentos nos termos



do Código do Imposto Industrial, bem como o IAC (Imposto sobre Aplicação de Capitais) e o IPU (Imposto Predial Urbano).

A 1 de Janeiro de 2015 entrou em vigor o novo Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei nº 19/14, de 22 de Outubro, o qual passou a determinar que os proveitos sujeitos a IAC são dedutíveis para efeitos de determinação do lucro tributável, não consubstanciando o IAC um custo aceite fiscalmente.

Por outro lado, em reunião com a ABANC, a AGT veio corroborar que os rendimentos dos títulos de dívida pública (incluindo eventuais reavaliações cambiais) emitidos até 31 de Dezembro de 2012 se encontram isentos de todos os impostos ao abrigo dos diplomas de emissão dos referidos títulos e que as reavaliações cambiais de títulos de dívida pública emitidos após essa data em moeda nacional mas indexados a moeda externa se encontram sujeitas a Imposto Industrial, até o BNA estar em condições de efectuar a retenção de IAC sobre estes rendimentos.

Adicionalmente, nos termos do novo Código do Imposto Industrial, os contribuintes cuja actividade esteja no âmbito dos poderes de supervisão do Banco Nacional de Angola, como é o caso do Banco de Crédito do Sul, devem efectuar, até ao final do mês de Agosto de cada ano, a liquidação provisória do Imposto Industrial referente a esse exercício, sendo o imposto a entregar calculado com base em 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação

financeira, apurado nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a IAC.

Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

O Decreto Legislativo Presidencial nº 5/11, de 30 de Dezembro, veio introduzir diversas alterações legislativas ao Código do IAC, tendo sido, entretanto, alterado pelo Decreto Legislativo Presidencial nº 2/2014.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, nomeadamente rendimentos de títulos. A taxa varia entre 5% (no caso de rendimentos de títulos de dívida pública admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e 15%.

Em carta do BNA à ABANC, de 26 de Setembro de 2013, foi reiterado que os rendimentos de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro apenas são sujeitos a IAC, relativamente a títulos emitidos após 1 de Janeiro de 2013.

Imposto Predial Urbano (IPU)

Incide IPU, à taxa de 0,5% sobre o valor patrimonial dos imóveis próprios que se destinem ao desenvolvimento da actividade normal do Banco quando o seu valor é superior a MAKZ 5.000.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos fiscais diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos fiscais diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou do reporte de prejuízos fiscais.

Adicionalmente, não são registados activos fiscais diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Nos exercícios de 2016 e 2015, o Banco não registou impostos diferidos nas suas demonstrações financeiras.

H) RESERVA DE ACTUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

Nos termos do Aviso nº 2/2009, de 8 de Maio, do Banco Nacional de Angola sobre actualização monetária, o qual revogou o Aviso nº 10/2007, de 26 de Setembro, as instituições financeiras devem, em caso de existência de hiperinflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base no Índice de Preços ao Consumidor.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente, a débito numa conta de resultados, por contrapartida da reserva de actualização monetária dos fundos próprios.

Nos exercícios de 2016 e 2015 o Banco não procedeu à actualização monetária dos seus fundos próprios.

I) PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.



29.

DISPONIBILIDADES

J) CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos de preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Disponibilidades no fim do exercício" o total dos saldos da rubrica de "Disponibilidades" (Nota 3).

K) DEPÓSITOS INDEXADOS

Os Depósitos a prazo de clientes em moeda nacional, indexados à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos (USD) estão sujeitas à actualização cambial. Deste modo, o resultado da actualização cambial do valor nominal dos depósitos é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre na rubrica "Resultados de operações cambiais" (Nota 14), sendo o juro corrido reflectido na rubrica "Juros a pagar" (Nota 9).

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Caixa:		
Notas e moedas nacionais	135.396	73.406
Notas e moedas estrangeiras		
Em Dólares dos Estados Unidos (USD)	9.667	15.124
Em Euros (EUR)	1.465.	-
	146.528	88.530
Cheques a cobrar		
	740.000	-
Depósitos à ordem no Banco Nacional:		
de Angola (BNA):		
Em moeda nacional	1.090.086	850.095
Em moeda estrangeira	8.596	-
	1.098.682	850.095
Disponibilidades em outras instituições de crédito:		
<i>Em Dólares dos Estados Unidos (USD):</i>		
Banco Privado Atlântico Europa	14.673	73.688
<i>Em Euros (EUR):</i>		
Mashreq Bank	1.117.337	-
Banco Privado Atlântico Europa	206.152	109.019
<i>Em Dirham dos Emirados Árabes Unidos (AED):</i>		
Mashreq Bank	5	-
Total de disponibilidades em outras instituições de crédito	1.338.167	182.707
	3.323.377	1.121.332



O SEU
BANCO
PRIVADO

30.

APLICAÇÕES DE LIQUÍDEZ

Os depósitos à ordem no BNA em moeda nacional e moeda estrangeira visam cumprir as disposições em vigor de manutenção de reservas obrigatórias e não são remunerados.

Em 31 de Dezembro de 2016, as reservas obrigatórias são apuradas nos termos do disposto no Instrutivo nº 02/2016 de 11 de Abril e do Instrutivo nº 04/2016 de 13 de Maio, e são constituídas em moeda estrangeira e nacional, respetivamente, em função da correspondente denominação dos passivos que constituem a sua base de incidência, devendo ser mantidas durante todo o período a que se referem.

Em 31 de Dezembro de 2016, a exigibilidade de manutenção de reservas obrigatórias é apurada através da aplicação de uma taxa de 30% sobre a média aritmética dos passivos elegíveis em moeda nacional e de uma taxa de 15% sobre a média aritmética dos passivos elegíveis em moeda estrangeira.

Em 31 de Dezembro de 2015, a exigibilidade de manutenção de reservas obrigatórias era apurada através da aplicação de uma taxa de 25% sobre a média aritmética dos passivos elegíveis em moeda nacional, de acordo com o disposto no Instrutivo nº 16/2015 de 22 de Julho.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os depósitos à ordem mantidos junto de outras instituições de crédito não eram remunerados.

Esta rubrica corresponde a aplicações de curto prazo no mercado monetário interfinanceiro e tem a seguinte composição:

	<i>2016</i>	<i>2015</i>
Aplicações em instituições de crédito no país:		
Banco Sol	<i>400.000</i>	-
Banco Nacional de Angola	-	<i>1.000.000</i>
Juros a receber	<i>548</i>	<i>3.066</i>
	<i>400.548</i>	<i>1.003.066</i>

Em 31 de Dezembro de 2016, as aplicações em instituições de crédito apresentam uma taxa de juro de 25% e um prazo residual de vencimento inferior a um mês (taxa de juro de 6,78% e um prazo residual de vencimento inferior a um mês em 31 de Dezembro de 2015). A operação viva a 31 de Dezembro de 2016, foi liquidada no dia 3 de Janeiro de 2017.



31. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016				
	<i>Taxa de juro média</i>	<i>Custo de aquisição</i>	<i>Actualização valor nominal</i>	<i>Proveitos a receber</i>	<i>Valor de balanço</i>
Títulos mantidos até ao vencimento:					
Obrigações do Tesouro em moeda nacional:					
- Indexadas ao Dólar dos Estados Unidos	7%	1 799 621	113 151	33 340	1 946 112
		1 799 621	113 151	33 340	1 946 112
	2015				
	<i>Taxa de juro média</i>	<i>Custo de aquisição</i>	<i>Actualização valor nominal</i>	<i>Proveitos a receber</i>	<i>Valor de balanço</i>
Títulos mantidos até ao vencimento:					
Bilhetes do Tesouro					
	11%	97 389	-	1 027	98 416
Obrigações do Tesouro em moeda nacional:					
- Indexadas ao Dólar dos Estados Unidos	7%	499 939	7	2 139	502 085
		597 328	7	3 166	600 501

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os títulos mantidos até ao vencimento são todos emitidos pelo Estado Angolano e classificados no nível de risco "A".

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os títulos em carteira, excluindo os proveitos a receber, apresentavam a seguinte estrutura de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2016	2015
Até três meses	-	97.389
De 6 meses a um ano	612.956	-
Mais de um ano	1.299.816	499.946
	1.912.772	597.335

32.

CRÉDITOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Crédito interno:		
<i>Descobertos em depósitos à ordem:</i>		
Em moeda nacional	2.622	-
<i>Contas corrente caucionadas:</i>		
Em moeda nacional	1.151.973	-
<i>Empréstimo:</i>		
Em moeda nacional	1.869.455	-
Total de crédito concedido	3.024.050	-
Proveitos a receber de crédito concedido	21.522	-
Total de crédito concedido	3.045.572	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 11)	(50.240)	-
	2.995.332	

Conforme divulgado na Nota 23, as operações de crédito concedido incluem o montante de 2.036.280 MAKZ com entidades relacionadas.

Em 31 de Dezembro de 2016, o crédito concedido a clientes vencia juros à taxa média anual de 17%. Todas as operações de crédito concedido são em moeda nacional.

O prazo residual do crédito vincendo, excluindo proveitos a receber, apresentava a seguinte estrutura:

	2016	2015
Até um ano	1.504.595	-
De um a três anos	-	-
De três a cinco anos	-	-
Mais de cinco anos	1.519.455	-
	3.024.050	

Apresenta-se de seguida a distribuição dos créditos (excluindo proveitos a receber) por classe de risco e respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa:

	16/12/31				
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Taxa de provisão	Provisão
Aviso n.º 11/2014, do BNA					
Classe B	2 502 623	21 427	2 524 050	1%	25 240
Classe C	500 000	-	500 000	5%	25 000
	3 002 623	21 427	3 024 050		50 240

O valor de crédito vencido presente nas contas a 31 de Dezembro de 2016, no valor de 21.427 MAKZ, foi regularizado no dia 6 de Janeiro de 2017.



33. OUTROS VALORES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Despesas com custo diferido:		
Rendas e alugueres	45.382	91.589
Seguros	21.896	12.066
Campanhas de publicidade	3.458	-
Outras	18.160	-
	88.896	103.655
Adiantamentos a fornecedores	12.900	853
Outros	11.369	-
	113.164	104.508

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica "Rendas" corresponde a despesas com rendas do escritório Sede liquidadas de forma antecipada. Este valor será reconhecido como custo mensalmente, ao longo do período a que respeitam as rendas.

O Saldo da rubrica "Adiantamentos a fornecedores" diz respeito a facturas proforma registadas por contrapartida da rubrica de passivo "Adiantamentos a fornecedores" (Nota 10) para controlo sobre as facturas pendentes.

34. IMOBILIZAÇÕES

IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

31-12-2016					
	País	Ano de aquisição	Número de acções	% de participação	Custo aquisição
Participações em outras sociedades:					
EMIS - Empresa Interbancária de Serviços	Angola	2016	17 927	1,97%	
Participação no capital - custo de aquisição					49 499
Prestações acessórias					18 704
					68 203

A participação no capital engloba o valor de 17.927 MAKZ de Participação no capital ao custo de aquisição e o valor de 31.572 MAKZ de Prémio de Emissão (goodwill).

Em 31 de Dezembro de 2016 o Banco detém uma participação de 1,97% no capital da EMIS – Empresa Interbancária de Serviços, S.A.R.L. (EMIS). A EMIS foi constituída em Angola com a função de gestão dos meios electrónicos de pagamentos e serviços complementares.

A participação do Banco na EMIS (incluindo prestações acessórias) encontra-se valorizada pelo custo de aquisição, sendo alvo de testes de imparidade anuais.

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS

Estas rubricas apresentam o seguinte movimento durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016:

Saldos em 31-12-2015						
	Valor bruto	Amort. acumuladas	Valor líquido	Aumentos	Transferências	Amortizações do exercício
Imobilizações corpóreas						
Imóveis de uso	-	-	-	1 116 117	2 079	(26 390)
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	122 680	(10 052)	112 628	74 586	856	(35 209)
Imobilizações em curso	2 140	-	2 140	1 310 889	(856)	-
	124 820	(10 052)	114 768	2 501 592	2 079	(61 599)
Imobilizações incorpóreas						
Sistema de tratamento automático de dados	244 108	(13 562)	230 546	148 532	-	(116 152)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-	2 079	(13)
Imobilizações em curso	38 575	-	38 575	74 702	(4 158)	-
	282 683	(13 562)	269 121	223 234	(2 079)	(116 165)
	407 503	(23 614)	383 889	2 724 826	-	(177 764)

Saldos em 31-12-2016			Balancete			
	Valor bruto	Amort. acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Amort. acumuladas	Valor líquido
Imobilizações corpóreas						
Imóveis de uso	1 118 196	(26 390)	1 091 806	1 118 196	(26 390)	1 091 806
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	198 122	(45 261)	152 861	198 122	(45 261)	152 861
Imobilizações em curso	1 312 173	-	1 312 173	1 312 173	-	1 312 173
	2 628 491	(71 651)	2 556 840	2 628 491	(71 651)	2 556 840
Imobilizações incorpóreas						
Sistema de tratamento automático de dados	392 640	(129 714)	262 926	392 640	(129 714)	262 926
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2 079	(13)	2 066	2 079	(13)	2 066
Imobilizações em curso	109 119	-	109 119	109 119	-	109 119
	503 838	(129 727)	374 111	503 838	(129 727)	374 111
	3 132 329	(201 378)	2 930 951	3 132 329	(201 378)	2 930 951



35. DEPÓSITOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 as imobilizações incorpóreas em curso correspondem a obras no Balcão Sede (Edifício Garden Towers, Complexo Comandante Gika) e no balcão do Lubango, adquiridos a entidades relacionadas, tendo sido o primeiro inaugurado durante o mês de Fevereiro e estimada a inauguração do segundo no decorrer do exercício de 2017.

O aumento ocorrido no exercício de 2016, referente a Imóveis em curso, diz respeito à aquisição de uma fracção na Torre B do Edifício Garden Towers, Complexo Comandante Gika.

Relativamente ao aumento ocorrido na rubrica "Imobilizações corpóreas - Imobilizações em curso", diz respeito à aquisição de uma loja na cidade financeira e de uma fracção na Torre Ambiente com o objectivo de abrir agências do Banco. Adicionalmente, o aumento também é justificado por obras na loja do Lubango, primeira agência do Banco, aberta já no decorrer do ano de 2017.

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Depósitos à ordem de residentes:		
<i>Em moeda nacional</i>		
Empresas	3.042.592	1.005.843
Particulares	1.558.265	49.957
	4.600.857	1.055.800
<i>Em moeda estrangeira</i>		
Empresas	1.317	-
Particulares	7.751	-
	4.609.928	1.055.800
Depósitos à ordem de não residentes:		
Em moeda nacional	34.013	17.825
Total de depósitos à ordem	4.643.941	1.073.625
Depósitos a prazo de residentes:		
<i>Em moeda nacional</i>		
Particulares	59.525	-
<i>Indexados</i>		
Empresas	708.080	-
Particulares	395.064	-
	1.162.669	-
Depósitos a prazo de não residentes:		
Indexados	40.007	-
Juros a pagar	13.261	-
Total de depósitos a prazo	1.215.937	-

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os depósitos à ordem de clientes não são remunerados.

36.

OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2016 os depósitos a prazo de clientes, excluindo juros a pagar, apresentam a seguinte estrutura de acordo com o prazo residual de vencimento das operações:

	2016
Até um mês	211.521
De um a seis meses	134.042
De seis meses a um ano	207.039
Mais de um ano	650.074
	1.202.676

Em 31 de Dezembro de 2016, os depósitos a prazo em moeda nacional e indexados venciam juros às taxas médias anuais de 5,14% e 2,28%, respectivamente.

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Credores por aquisição de bens e direitos	73.254	24.189
Custos administrativos a pagar	34.877	107.246
Adiantamentos a fornecedores	12.900	853
Imposto sobre o rendimento de trabalho dependente	6.123	5.017
Imposto sobre o rendimento de trabalho independente	1.103	-
Contribuição para segurança social	9.830	3.593
Comissões diferidas	208.285	-
Imposto cobrado sobre operações bancárias:		
Imposto de selo	4.941	45
Outros	3.893	78
Lei das empreitadas	764	1.608
Imposto predial urbano	-	7.650
Salários e outras remunerações a pagar:		
Subsídio de férias	42.927	16.642
Remuneração de mês de férias	42.592	19.209
Outros	299.027	60
	740.516	186.190

A rubrica "Comissões diferidas" inclui o montante de MAKZ 179.426 referente a comissões de abertura e prorrogação dos créditos documentários concedidos à empresa Imosul Trading, S.A. (Nota 21) que, em função dos períodos a que dizem respeito apenas serão reconhecidas na demonstração de resultados (Nota 15) no exercício de 2017.

A rubrica "Outros" inclui o montante de MAKZ 296.978 referente a uma Ordem de Pagamento ao Estrangeiro (OPE) pendente de liquidação, efectuada em USD, tendo o Mashreq Bank como contraparte. Este valor foi regularizado durante o mês de Janeiro de 2017.



37.

PROVISÕES PARA RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS

O movimento nas provisões durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foi o seguinte:

	2016			
	<i>Saldos em 15/12/31</i>	<i>Dotações</i>	<i>Reposições anulações</i>	<i>Saldos em 16/12/31</i>
Prestação de garantias (Nota 21)	-	92 867	-	92 867
Crédito de liquidação duvidosa (Nota 6)	-	359 710	(309 470)	50 240
	-	452 577	(309 470)	143 107

CAPITAL SOCIAL

O Banco foi constituído com um capital social de MAKZ 2.500.000 representado por 2.500.000 de acções no valor nominal de 1.000 Kwanzas Angolanos cada, tendo sido integralmente subscrito e realizado em dinheiro.

No dia 1 de Outubro de 2015, foi aprovado em Assembleia Geral o aumento de capital para MAKZ 6.000.000 mediante a emissão de 3.500.000 novas acções com valor nominal de AOA 1.000, a ser subscrita pelos actuais accionistas nas proporções de cada um.

Em Março de 2016 o Banco recebeu a autorização do BNA para a realização do aumento de capital para os MAKZ 6.000.000, aprovado em Assembleia Geral no dia 1 de Outubro de 2015.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

	2016		2015	
	<i>Número de acções</i>	<i>%</i>	<i>Número de acções</i>	<i>%</i>
Francisca da Conceição Kamia Kapose	2.700.000	45,00	1.125.000	45,00
Jeremias Miguel Mateus	1.650.000	27,50	687.500	27,50
Rafael Arcanjo Tchiongo Kapose	1.200.000	20,00	500.000	20,00
Severiano André Tyihongo Kapose	300.000	5,00	125.000	5,00
Sérgio da Cunha Velho	150.000	2,50	62.500	2,50
	6.000.000	100,00	2.500.000	100,00

Os saldos e transacções com entidades relacionadas em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 são apresentados na Nota 23.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Banco não possui acções próprias, bem como não existem acções com direitos diferenciados.

Nos termos previstos do Artigo 10º dos Estatutos do Banco, foi deliberado em Assembleia Geral de Accionistas realizada em 13 de Outubro de 2015 a emissão de títulos híbridos de capital e dívida subordinada através de colocação privada junto de investidores devidamente identificados. A emissão terá um valor nominal na ordem de 50.000.000 de Dólares dos Estados Unidos (equivalentes a 8.295.150 MAKZ em 31 de Dezembro de 2016), uma maturidade estimada de 10 anos, remunerada a uma taxa fixa de 6% e tem como finalidade reforçar os fundos próprios regulamentares do Banco para o dotar dos recursos necessários para o desenvolvimento da sua actividade, a qual se encontra em clara expansão, de forma a dar integral cumprimento aos requisitos de fundos próprios e de exposição aos grandes riscos definidos pelo Banco Nacional de Angola (Nota 23). Para o efeito de concorrer para os fundos próprios do Banco, eventuais decisões sobre o reembolso da operação estão dependentes do Conselho de Administração do Banco, assegurando sempre que os fundos próprios não podem ficar inferiores a 1,5 vezes do montante mínimo de fundos próprios regulamentares definido

pelo BNA. O Banco não tem como objectivo que estes títulos sejam cotados em bolsa. O Banco encontra-se a aguardar pela autorização do Banco Nacional de Angola para a sua emissão.



39. MARGEM FINANCEIRA

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e no período compreendido entre 21 de Outubro e 31 de Dezembro de 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Proveitos de instrumentos financeiros activos:		
De aplicações de liquidez	33.340	7.394
<i>De títulos e outros valores mobiliários:</i>		
Obrigações de Tesouro Indexadas	91.486	2.139
Bilhetes de Tesouro	32.241	1.027
	123.727	3.166
De crédito	502.547	-
	659.614	10.560
Custos de instrumentos financeiros passivos:		
De depósitos	15.667	-
De captações para liquidez	135.477	-
	151.144	-
Margem financeira	508.470	10.560

40. RESULTADOS DE OPERAÇÕES CAMBIAIS

No período findo em 31 de Dezembro de 2016 e no período compreendido entre 21 de Outubro e 31 de Dezembro de 2015, esta rubrica corresponde aos lucros e prejuízos relativos a variações cambiais, realizadas ou potenciais, decorrentes das operações efectuadas em moeda estrangeira e da exposição de balanço dos saldos em moeda estrangeira.

	2016		
	Lucros	Prejuízos	Líquido
Reavaliação cambial para posições em Balanço			
Resultados de operações cambiais	311 299	(145 529)	165 769
Resultados de reavaliação cambial	630 021	(551 151)	78 870
	941 320	(696 681)	244 639
Reavaliação cambial para instrumentos financeiros indexados a moeda estrangeira			
Reavaliação cambial OT's Indexadas	113 145	-	113 145
Reavaliação cambial DP's Indexados	-	(8 024)	(8 024)
	113 145	(8 024)	105 121
	1 054 465	(704 705)	349 760
2015			
	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados de operações cambiais	5 144	1 239	3 905
Resultados de reavaliação cambial	28 123	8 935	19 188
	33 267	10 174	23 093

41.

RESULTADOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e no período compreendido entre 21 de Outubro e 31 de Dezembro de 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Proveitos por prestações de serviços financeiros:		
<i>Comissões recebidas:</i>		
Por abertura de créditos documentários	134.554	-
Por cobrança de créditos documentários	51.247	-
Por transferências	70.706	802
Por abertura/renovação de crédito financiamento	29.991	-
Por abertura/renovação de conta corrente caucionada	23.000	-
Por compra e venda de moeda estrangeira	6.673	768
Outras	3.124	-
	319.295	1.570
Outros proveitos por prestação de serviços financeiros:		
Despesas de expedientes	6.190	60
Outros	3.005	2
	9.195	62
Resultados de prestação de serviços financeiros	328.490	1.632

42.

CUSTOS COM PESSOAL

No período findo em 31 de Dezembro de 2016 e no período compreendido entre 21 de Outubro de 2015 e 31 de Dezembro de 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Salários e vencimentos:		
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	326.535	38.039
Remunerações dos empregados	285.733	168.355
	612.268	206.394
Fundo de segurança social:	38.314	12.288
Encargos com formação	-	808
Seguros de acidente de trabalho	1.575	525
Outros custos:		
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	65.520	18.972
Empregados	12.686	343
	118.095	32.936
	730.363	239.330

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Banco tinha 43 e 32 colaboradores, respectivamente, dos quais 3 são órgãos de gestão.

A variação registada na rubrica "Custos com o pessoal" entre 31 de Dezembro de 2015 e de 2016, é justificada pelo crescimento do número de colaboradores do Banco em cerca de 25%. Acresce que o custo apresentada para 2016 corresponde ao período entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2016 enquanto que o custo de 2015 corresponde ao período entre 21 de Outubro e 31 de Dezembro de 2015.



43.

FORNECIMENTOS DE TERCEIROS

Adicionalmente, os salários do Conselho de Administração e dos Directores são processados com indexação ao Dólar dos Estados Unidos, pelo que a desvalorização do Kwanza ao longo do exercício de 2016 resultou num maior crescimento da rubrica de "Custos com pessoal".

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e no período compreendido entre 21 de Outubro e 31 de Dezembro de 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Alugueres	114.548	35.125
Serviços especializados:		
Auditorias e consultorias	60.564	78.886
Aduaneiros	3.416	2.781
Informática	18.465	580
Outros	24.411	143.039
Comunicações	44.616	11.895
Segurança, conservação e reparação	44.572	8.587
Publicações, publicidade e propaganda	32.049	9.241
Transportes, deslocações e estadas	28.276	5.365
Água, energia e combustíveis	5.589	741
Seguros	3.541	1.593
Materiais diversos	420	1.174
Outros fornecimentos de terceiros	32.680	16.010
	413.147	315.017

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica "Alugueres" corresponde, essencialmente, às rendas suportadas no âmbito do contrato de arrendamento do escritório sede do Banco.

44. IMPOSTOS E TAXAS NÃO INCIDENTES SOBRE O RESULTADO

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e no período compreendido entre 21 de Outubro e 31 de Dezembro de 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Contribuição especial sobre operações bancárias (CEOB)	30.872	-
Contribuição especial	12.947	2.005
Imposto sobre aplicação de capitais	9.367	-
Outros	8.609	9
	61.795	2.014

Em 31 de Dezembro de 2016, o saldo da rubrica "Contribuição especial sobre operações bancárias (CEOB)" corresponde aos montantes da contribuição especial sobre operações bancárias que passou a vigorar no exercício de 2016, aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial nº 1/16, de 24 de Fevereiro. A CEOB foi revogada pela Lei 22/16 de 30 de Dezembro de 2016.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica "Contribuição especial" corresponde aos montantes de contribuição especial sobre as operações cambiais de invisíveis correntes, a qual incide sobre as transferências efectuadas no âmbito dos contratos de prestação de serviços de assistência técnica estrangeira ou de gestão, de acordo com o previsto no Decreto Presidencial Legislativo nº 2/15 de 29 de Junho.

45. OUTROS CUSTOS ADMINISTRATIVOS E DE COMERCIALIZAÇÃO

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e no período compreendido entre 21 de Outubro e 31 de Dezembro de 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Outros serviços não especificados	13.017	1.474
Serviços de contencioso/notariado	114	287
	13.131	1.761

Os valores registados na rubrica "Outros serviços não especificados" dizem essencialmente respeito aos custos processuais do aumento de capital social do Banco verificado em 2016.



46. OUTROS CUSTOS E PROVEITOS OPERACIONAIS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e no período compreendido entre 21 de Outubro e 31 de Dezembro de 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Quotizações	3.900	-
Outros	7.023	75
	10.923	75

47. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2016	2015
Garantias recebidas (Nota 6)	4.313.000	1.000.000
Créditos documentários à importação	(18.573.342)	-
Depósitos e guarda de valores	(99.835)	-
Operações cambiais	18.720	(2.551)

Os Créditos Documentários à Importação (CDI's) foram contratados no final do exercício de 2016 com a Imosul Trading, S.A. no âmbito do projecto de desenvolvimento "Horizonte 2020", nomeadamente no contexto do fornecimento de matérias-primas, essencialmente ligadas ao sector da agricultura, que sustentam o desenvolvimento de tal projecto.

A contraparte desta operação é o Mashreq Bank, Banco receptor do pagamento, indicado pelo fornecedor da mercadoria.

Contratualmente, estão definidos prazos de pagamento da operação, que será efectuada de forma parcelar, de 120 dias após a expedição da mercadoria.

Estas operações têm um valor de cerca de 100 milhões de euros em créditos documentários, estando associado a esta operação, comissões de abertura e de prorrogação, a serem pagos por cada trimestre (Nota 15). Relativamente a estas operações, o BNA emitiu uma carta garantia, sobre a disponibilização das divisas necessárias à efectivação das operações.

48.

BALANÇO POR MOEDA

Importa ainda referir que a contratualização da operação com o cliente prevê o pagamento das operações a realizar com capitais próprios, ou seja, sem recurso a crédito do Banco.

No que diz respeito à provisão sobre os Créditos Documentários à Importação (Nota 11), de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2 c), aos Créditos Documentários à Importação foi aplicado um factor de ponderação de nível de risco de 50%, na medida em que os CDI's não foram considerados como substitutos de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Balanço por moeda do Banco apresenta a seguinte estrutura:



	2016				2015			
	Moeda nacional	Moeda nacional indexada ao USD	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda nacional indexada ao USD	Moeda estrangeira	Total
Disponibilidades	1 965 482	-	1 357 895	3 323 377	923 500	-	197 832	1 121 332
Aplicações de liquidez								
- Operações no mercado monetário interfinanceiro	400 548	-	-	400 548	1 003 066	-	-	1 003 066
Títulos e valores mobiliários	-	1 946 112	-	1 946 112	98 416	502 085	-	600 501
Créditos								
- Créditos	3 045 572	-	-	3 045 572	-	-	-	-
- Provisões para crédito de liquidação duvidosa	(50 240)	-	-	(50 240)	-	-	-	-
Outros valores	102 380	-	10 784	113 164	104 430	-	78	104 508
Imobilizações								
- Imobilizações financeiras	68 203	-	-	68 203	-	-	-	-
- Imobilizações corpóreas	2 556 840	-	-	2 556 840	114 768	-	-	114 768
- Imobilizações incorpóreas	374 111	-	-	374 111	269 121	-	-	269 121
Total do activo	8 462 896	1 946 112	1 368 679	11 777 688	2 513 301	502 085	197 910	3 213 296
Depósitos								
- Depósitos à ordem	4 634 873	-	9 068	4 643 941	1 073 625	-	-	1 073 625
- Depósitos a prazo	59 525	1 156 412	-	1 215 937	-	-	-	-
Obrigações no sistema de pagamentos	3 627	-	-	3 627	-	-	-	-
Outras obrigações	357 383	-	383 133	740 516	186 165	-	25	186 190
Provisões	-	-	92 867	92 867	-	-	-	-
Total do Passivo	5 055 408	1 156 412	485 068	6 696 888	1 259 790	-	25	1 259 815
Activo/(Passivo) Líquido	3 407 488	789 700	883 611	5 080 800	1 253 511	502 085	197 885	1 953 481
Responsabilidades com cartas de crédito (CDI's)	-	-	18 573 342	18 573 342	-	-	-	-

49.

SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 os principais saldos mantidos com entidades relacionadas foram os seguintes:

	2016			2015		
	<i>Accionistas e entidades relacionadas com os Accionistas</i>	<i>Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal</i>	<i>Total</i>	<i>Accionistas e entidades relacionadas com os Accionistas</i>	<i>Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal</i>	<i>Total</i>
Activo						
Créditos (Nota 6)	2 036 280	-	2 036 280	-	-	-
Outros valores (Nota 7)	-	28 282	28 282	-	-	-
	2 036 280	28 282	2 064 562	-	-	-
Passivo						
Depósitos (Nota 9)	(1 484 262)	(21 895)	(1 506 157)	(908 547)	(8 000)	(916 547)
Outras obrigações (Nota 10)	(33)	-	(33)	-	-	-
	(1 484 295)	(21 895)	(1 506 190)	(908 547)	(8 000)	(916 547)
Extrapatrimoniais						
Créditos documentários à importação (Nota 21)	(18 573 342)	-	(18 573 342)	-	-	-
Demonstração dos resultados						
Proveitos de crédito (nota 13)	325 632	-	325 632	-	-	-
Custos de depósitos (Nota 13)	-	(14)	(14)	-	-	-
Prestação de serviços financeiros (Nota 15)	364 630	-	364 630	-	-	-
Fornecimentos de terceiros (nota 17)	(114 548)	-	(114 548)	(35 125)	-	(35 125)
	575 714	(14)	575 700	(35 125)	-	(35 125)

A informação divulgada no quadro acima foi preparada com base nas definições e nos requisitos previstos na IAS 24 – “Divulgações de partes relacionadas”.

Em 31 de Dezembro de 2016, as principais entidades relacionadas eram as seguintes:

Accionistas e seus familiares

Imosul Trading, Limitada

Coreauto Lda.

S. Tulumba - Investimentos e participações, S.A.



50.

EVENTOS SUBSEQUENTES

S. Tulumba Indústria Alimentar, S.A.

S. Tulumba Greenland, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2016 o Banco mantinha com entidades relacionadas operações de crédito no montante de 2.036.280 MAKZ e de crédito documentário à importação no montante de 18.573.342 MAKZ. A exposição a estas operações excede os limites dos grandes riscos estipulados pelo Aviso nº 09/2016, que revogou o Aviso nº 08/2007, ambos do Banco Nacional de Angola. Com o objectivo de resolver esta situação, o Banco aprovou em Assembleia Geral de 13 de Outubro de 2015 um reforço dos seus fundos próprios, através da emissão de dívida subordinada, no montante de 50.000.000 de Dólares dos Estados Unidos que está em aprovação pelo Banco Nacional de Angola, nos termos descritos na Nota 12.

ADOPÇÃO DAS IAS/IFRS

O Banco Nacional de Angola está a promover a adopção plena das IAS/IFRS para o sector bancário nacional, sendo que a data prevista de transição é o dia 1 de Janeiro de 2017. Este processo implica a revisão dos actuais normativos, incluindo a revisão do CONTIF nas matérias em que actualmente não existe convergência.

O Banco encontra-se a efectuar a identificação e quantificação dos impactos de transição para as IAS/IFRS com referência a 1 de Janeiro de 2017, bem como a proceder à adaptação das suas políticas e procedimentos em conformidade com as regras em definição pelo Banco Nacional de Angola. O Conselho de Administração não espera impactos materiais para as demonstrações financeiras do Banco como resultado deste processo.

08. ANEXOS

Parecer Fiscal
Relatório Auditoria

BCS



O SEU
BANCO
PRIVADO



Melo

BANCO DE CREDITO DO SUL, S.A
CONSELHO FISCAL

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.**

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutários aplicáveis, o conselho fiscal emite o presente relatório e parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais da Sociedade Banco de Crédito do Sul, S.A., apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2016.
2. Ao longo do exercício de 2016, o Conselho Fiscal, no exercício pleno das suas funções, analisou regularmente e acompanhou a evolução da actividade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do quadro normativo legal e estatutário em vigor, e examinou as demonstrações financeiras do Banco de Crédito do Sul, à data de 31 de Dezembro de 2016, que compreendem o Balanço, a demonstração de resultados, demonstrações de fluxos de caixa e os respectivos Anexos, os quais foram preparados a partir dos registos contabilísticos e demais documentos de suporte, mantidos e registados em conformidade com as regras legais.
3. No seguimento da análise desta informação, que foi atempadamente colocada à disposição do Conselho Fiscal, e obtidos os esclarecimentos solicitados, nomeadamente junto da Direcção de Finanças e Contabilidade e dos Auditores, o Conselho Fiscal destaca que, apesar de uma conjuntura macroeconómica que, se bem que mostrando sinais de recuperação tímida, se mantém muito exigente (registando-se um crescimento económico em 2016 de 0,1%, inferior à taxa de crescimento registada no ano anterior de 2,8%, o que mantém a economia Angolana num cenário de algum risco), foi possível melhorar os indicadores de balanço e de actividade globalmente neste exercício.



PARECER

O reconhecimento do esforço que o conselho de Administração continua a desenvolver no exercício das suas funções, nomeadamente no cumprimento dos procedimentos contabilísticos, administrativos, financeiros e de controlo interno.

Assim, de acordo com as suas funções que foram cometidas a este Conselho Fiscal, propõe-se:

- Que sejam aprovados o Relatório e as Contas do período de 2016, apresentados pelo Conselho de Administração.

Luanda, aos 10 de Abril de 2017

O Presidente do Conselho Fiscal



Ngola Mbandi Varela Ffagoso

Perito Contabilista nº 20130128

Deloitte.

Deloitte & Touche - Auditores,
Limitada
Edifício Ecom
Rua Marechal Bóia Tão, 33/41 - 2.^o
Luanda, Angola

Tel: +(244) 222 679 600
Fax: +(244) 222 679 600
www.deloitte.co.ao

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAQA)

Ao
Conselho de Administração
do Banco de Crédito do Sul, S.A.

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco de Crédito do Sul, S.A. (adiante designado por "Banco"), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 que evidencia um total de 11.777.688 mAQA e fundos próprios de 5.080.800 mAQA incluindo um resultado líquido negativo de 372.681 mAQA, as demonstrações dos resultados, de mutações nos fundos próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para o sector bancário e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas de Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco de Crédito do Sul, S.A. em 31 de Dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para o sector bancário (Nota 2 do Anexo).

"Deloitte" refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membros e empresas afiliadas relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membros da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membros.

Tel: Sociedade por quotas | NIPC: 5461922870 | Matrícula CRC de Luanda: 136-97 | Capital social: KZ 1.620.000 | Sede: Edifício Ecom, Rua Marechal Bóia Tão, 33/41 - 2.^o, Logradouro, Luanda | Escritório em Talamba: Condomínio Cidade Francês, Via 88, Bloco 4 - 5.^o, Talamba, Luanda



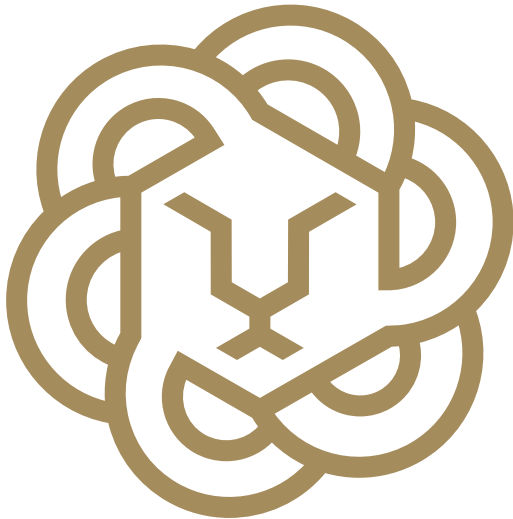
Página 2 de 2

Ênfase

7. Conforme divulgado na Nota 23 do Anexo, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 o Banco efectuou um conjunto relevante de operações com entidades relacionadas. Essas operações incluem a contratação de créditos cujo saldo em 31 de Dezembro de 2016 ascende a 2.036.380 mADA e de créditos documentários à importação cujo saldo naquela data ascende a 18.573.342 mADA, nos termos divulgados na Nota 21. Apesar do aumento de capital social no montante de 3.500.000 mADA realizado em 2016 (Nota 12), a exposição a estas operações excede os limites dos grandes riscos estipulados pelo Aviso n.º 09/2016, que revogou o Aviso n.º 08/2007, ambos do Banco Nacional de Angola. Com o objectivo de dotar o Banco dos recursos necessários para o desenvolvimento da sua actividade e de resolver esta situação, foi aprovado em Assembleia Geral de 13 de Outubro de 2015 um reforço dos fundos próprios do Banco, através da emissão de títulos híbridos de capital e dívida subordinada no montante de 50.000.000 de Dólares dos Estados Unidos (equivalentes a 8.295.150 mADA em 31 de Dezembro de 2016) que está em aprovação pelo Banco Nacional de Angola (Nota 12). A continuidade das operações do Banco está dependente do sucesso futuro das suas operações e da continuação do apoio financeiro por parte dos seus Accionistas.

Luanda, 6 de Abril de 2017

Deloitte & Touche Auditores, Limitada
Representada por: José António Mendes Garcia Barata
Membro da OCPCA nº 20130163





BANCA PRIVADA E CORPORATIVA